



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

JOILMA DE JESUS CRUZ

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR VIA REUNI: UMA ANÁLISE SOBRE A
PERMANÊNCIA DAS/OS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Salvador

2017

JOILMA DE JESUS CRUZ

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR VIA REUNI: UMA ANÁLISE SOBRE A
PERMANÊNCIA DAS/OS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Ferriz

Salvador

2017

JOILMA DE JESUS CRUZ

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR VIA REUNI: UMA ANÁLISE SOBRE A
PERMANÊNCIA DAS/OS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 07 de abril de 2017.

Adriana Freire Pereira Férriz – Orientadora _____
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal da Bahia

Ana Maria Ferreira Cardoso – Examinadora _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal Ceará
Universidade Federal da Bahia

Ester Nunes Praça da Silva – Examinadora _____
Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador
Complexo Hospitalar Professor Edgard Santos

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecimento é sempre uma reflexão de tudo que foi vivenciado durante quatro anos e quatro meses especificamente na apresentação e concretização desse sonho.

Quando a senzala levanta o diploma da Universidade Federal da Bahia a casa grande surta, e que enlouqueça a elite, eu represento o povo preto que saiu das suas terras e construiu essa cidade, os índios que tiveram a sua educação e cultura interrompidas, os retirantes que saíram do interior em busca de condições de vidas melhores na cidade grande. Eu sou a Preta, Pobre e da Periferia que mora no Bairro mais afastado da cidade de Salvador- BA, fruto de uma invasão ilegal, que por muita insistência, Fé, e mudanças legislativas fui alcançada pela educação superior.

Tudo tem o seu tempo determinado, e “há tempo para todo o propósito debaixo do céu” (ECL 3, 1). Primeiramente quero agradecer ao meu Deus que me deu força, que não deixou eu desistir, em todos os momentos de desespero Ele me mostrava que seria superado, a única coisa que me deixou de pé foi manter a FÉ.

A minha mãe Marinalva Lopes, a quem eu devo a gratidão de ter me dado a vida, essa mulher guerreira que saiu do distrito de Maria Quitéria, aos nove anos de idade para trabalhar aqui em Salvador com a esperança de poder estudar, mas teve seu sonho interrompido para trabalhar e ajudar no sustento de seus irmãos. Esse diploma é nosso (Mainha) porque você passou fome, mas não deixou suas filhas (o) passarem, me lembro muito bem, quando a senhora lavava as roupas da vizinha como forma de pagamento por ela me ensinar as atividades da escola. A minha irmã Joelma Cruz, por ter me ajudado todas as vezes que eu precisei, ela sempre acreditou que eu ia conseguir.

A todas (os) da família Cruz e Lopes os que acreditaram que meu sonho seria possível e os que não acreditaram, que possivelmente são consequência de uma vida sofrida, e sem conhecimentos básicos, infelizmente frutos da desigualdade social vivenciado em todos os tempos em nosso País, em especial, a minha tia Maria do Carmo, pela força. Como não posso esquecer das(os) amigas presentes até o fim de nosso ciclo quero ser bem breve em citar os nomes.

Aos meus amigos (as) Valdinei e Valdineia Dias em família, a mais acolhedora, amo vocês, as minhas princesas que sempre estudamos juntas antes de entrarmos na UFBA, Amanda Santiago, Gisele Moraes, Raylana Santos. A Flávia de Oliveira pela atenção sempre que necessária amiga Sirlene Caetano, Isis França a Liliane Alves pela gentileza e paciência de ouvir minhas angústias e crise no processo de contratação desse trabalho, você é o anjo que Deus me enviou para acalmar o meu coração. Obrigada, meninas, vocês acreditam que seria possível e foi. E as outras amigas e conhecidas (os) outros que sempre contribuíram direta e indiretamente nessa trajetória.

A minha turma de 2012.2, pela troca de experiência em sala de aula, em especial a Ilana Deiró, Gabriela Pereira, Priscila Lima, Cristiana França, Vanessa Ribeiro, Tamires Santos, Tamires Sousa, Damares Santos e a turminha do barulho tudo que foi vivenciado foi amadurecido. Ao melhor corpo docente que eu já conheci, as minhas rainhas doutoras, muito

obrigada a todas por ter acrescentado tanto conhecimento para minha vida profissional. A todas que fizeram parte do grupo de pesquisa e estudo, em especial, Thainan Albuquerque, Taís Oliveira, Rosane Sampaio, Pâmela Rocha e Juanildes Cruz.

Em especial, à Doutora Adriana Ferriz, minha orientadora, pela paciência, tranquilidade, por ter me dado autonomia para escrever, pelas correções necessárias, e, principalmente, por me permitir fazer parte de um projeto tão rico que me deu experiência, conhecimento para criação desse trabalho. Vou contar algo que talvez você ainda não saiba sobre a importância da contribuição desse projeto na minha vida tanto nas bases de conhecimento adquirido que foi ótimo, como na permanência por está recebendo uma bolsa auxílio. O período que ingressei na Pesquisa eu estava cursando o quarto semestre, eu estava preste a trancar o curso porque, minha mãe por motivo de força maior foi morar em Itaparica ficando aqui apenas eu e meu irmão que recebia uma pensão de 300,00 (trezentos reais) exatamente com esse valor a gente pagava as contas e sobrevivia, porém ocorreu um fato muito sério com meu irmão onde tive que mandar ele que ainda era de menor para mora com minha tia em Feira de Santana, onde meu pai também estava. Junto com ele se foi a pensão, meu único sustento, já não tinha como trabalhar estudando no período da tarde. Foi nesse período que participei do processo seletivo para fazer parte da pesquisa. Lembro-me muito bem que foi perguntado o que você vai fazer com a bolsa que vai receber? Eu respondi: “vai auxiliar na minha alimentação e permanência aqui na faculdade”. Foi algo que chegou na hora certa em minha vida porque já tinha indo diversas vezes na PROAE tinha feito o cadastro, fui contemplada com o auxílio transporte, mas não sabia o que eu ia fazer para comer, depois de muita insistência, fui assistida em outra bolsa que auxiliou em minha alimentação e permanência no restante do curso.

Por fim, finalizo, e, não menos merecido, agradecendo a participação dessa banca representada pelas professoras Ana Maria e Ester Nunes. E não posso esquecer da minha supervisora de estágio Lady Laura, pela sua competência em passar seus conhecimentos, seu amadurecimento sobre os acontecimentos atuais e profissionais, obrigada por você me apoiar e acreditar que eu vou conseguir ir além do que eu possa imaginar, de todas que participam desse trabalho e contribuíram nos permitindo entrevista-las para um melhor resultado da nossa pesquisa.

Se a educação sozinha não transforma a
Sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire.

CRUZ, Joilma de Jesus. A Expansão do ensino superior via REUNI: uma análise sobre a permanência das/os discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. 76 fl., 2017. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

RESUMO

O presente estudo traz uma discussão sobre a expansão do ensino superior e a permanência dos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para concretização deste trabalho foi necessário contextualizar a história da educação no Brasil, enfatizando que a educação superior foi um processo tardio, além disso, foi acessível apenas para uma parte da população brasileira. O objetivo geral consistiu em analisar como ocorre a permanência das/os discentes do curso de Serviço Social da UFBA, levando em consideração os relatos trazidos por estudantes assistidas e não assistidas das ações afirmativas oferecidas pela referida instituição. Ainda, se buscou compreender o processo que antecedeu à adesão da UFBA ao Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). A metodologia contemplou um estudo documental e uma pesquisa de campo. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário (fechado e aberto) contendo 12 (doze) questões cujo objetivo foi traçar o perfil das/os entrevistadas, e foram realizadas seis entrevistas individuais, sendo três discentes assistidos pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil e três não assistidos. Em linhas gerais compreendemos a importância da expansão para as instituições públicas, pois facilitou o acesso para estudantes pretos, pardos e indígenas oriundos de uma parte da sociedade mais empobrecida, que dificilmente alcançava o ensino superior. Os resultados apontam que as políticas de assistência estudantil auxiliam na permanência durante o processo da primeira graduação, mas ainda não é suficiente para atender todas as demandas institucionais.

Palavras-chave: Expansão, Ensino Superior, Permanência, REUNI, Assistência Estudantil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO8

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR10

- 2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.11
- 2.2 AS POLÍTICAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR.....22
- 2.3 BREVE CONSIDERAÇÃO DA ADESÃO DA UFBA AO REUNI.....33

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA38

- 3.1 AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PROAE.....38
- 3.2 A PERMANÊNCIA DAS/OS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.42
 - 3.2.1 O perfil das entrevistadas.45
 - 3.2.2 Os impactos da expansão do ensino superior no curso de Serviço Social da UFBA.56
 - 3.2.3 A permanência no curso de Serviço Social da UFBA.....57

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.62

REFERÊNCIAS.63

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.71

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO: PERFIL DAS/OS ENTREVISTADA.72

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA74

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Estudantil foi implantada no Brasil enquanto política pública nos últimos anos no âmbito da política de educação, e deve contribuir para minimizar as múltiplas manifestações das desigualdades sociais através da criação de determinadas legislações que viabilizem a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior, desde o ingresso até o término da graduação.

Os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹, 1995-1998 e 1999-2002, foram marcados por uma acelerada expansão do ensino superior, pelo qual identificou-se a expressiva adesão de políticas nacionais, cuja principal pretensão foi priorizar a lógica da relação custo-benefício defendida pelo capitalismo, impactando diretamente em diversos setores, dentre eles, a educação. As políticas adotadas caracterizaram-se pelo expressivo incentivo ao capital privado, interessado em impulsionar a expansão do ensino superior, cuja motivação principal se destinava a atender aos interesses financeiros (PEREIRA, 2013).

Entretanto, no primeiro mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva², em 2003, foi marcado por uma medida de impacto socioeducacional para ampliar o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado no governo FHC. Além do investimento realizado no governo Lula, na educação básica, houve uma atenção e investimento na educação superior pública e, principalmente, para dar visibilidade ao acesso, sobre tudo para a sociedade considerada empobrecida que uma boa parte não tinha acesso à educação superior decorrente do processo histórico de desigualdades sociais no País. Isto ocorreu através da promulgação de medidas provisórias, leis e decretos, dando início a um processo de reformulação da educação (PEREIRA, 2013).

¹Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, nasceu no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1931, é um sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro, foi o trigésimo quarto presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003. Disponível em: https://www.ebiografia.com/fernando_henrique_cardoso/. Acesso em: 15/01/2017.

²Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, nasceu em Caetés Pernambuco em 27 de outubro de 1945 é um político, ex-sindicalista e ex- metalúrgico líder sindical da classe trabalho no início de 1969. Foi trigésimo quinto Presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 2011 quando foi sucedido por Dilma Rousseff. Disponível em: <http://www.institutolula.org/biografia>>. Acesso em: 15/01/2017.

O processo da adesão da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ao Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) ocorreu em 2007 com uma elaboração da proposta da Universidade Nova. O documento de adesão da UFBA informa que “a universidade não aderiu ao programa apenas para recebimento de verbas, mas para dar continuidade ao processo de expansão das instituições públicas e atender a demanda do século XXI” (MARANHÃO; PASSOS, 2014, p. 1608).

A partir de uma análise feita no Memorial da Universidade Nova: UFBA 2002-2010 (ALMEIDA FILHO, 2010) identificamos que as principais metas da parceira UFBA Nova e REUNI legitimada pelo conselho Universitário da UFBA são a implantação de 28 (vinte e oito) novos cursos de graduação, abertura de 21 (vinte e um) novas turmas de cursos já existentes, ajuste de 22 (vinte e dois) cursos ao REUNI, abertura de 16 (dezesesseis) turmas de licenciaturas especiais, implantação de sete cursos de educação superior e tecnológica e implantação de quatro Bacharelados Interdisciplinares.

Um dos cursos criados a partir da adesão da UFBA ao REUNI, foi o curso de Serviço Social, criado em 2008. Segundo Oliveira (2009), a criação do curso de Serviço Social da UFBA ocorreu através de uma necessidade dos profissionais do Serviço Social do complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos (Complexo HUPES), mas conhecido como Hospital das Clínicas.

Diante do exposto, o presente estudo trata-se de uma análise sobre a permanência das/os discentes do curso de Serviço Social³ da UFBA. O objetivo geral consistiu em analisar a permanência das/os discentes do curso de Serviço Social da UFBA, a partir das estudantes assistidas e não assistidas pela Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE)⁴. Os objetivos específicos foram: identificar os impactos da expansão do ensino superior a partir das/os discentes do curso de Serviço Social da UFBA, as interferências e resistências que estão por trás dessa expansão.

³O único texto encontrado até o momento que conta os processo de criação do curso de Serviço Social tem como autor José Ramalho de Oliveira de 2009, que afirma que o hospital já contava com apoio de outras categorias de ensino na área de saúde exceto o Serviço Social. O principal objetivo desse apoio é contribuir com o tripé da educação que corresponde ao ensino, extensão e pesquisa. Para isso, seria necessário inserir o ensino superior do curso de Serviço Social na UFBA (OLIVEIRA, 2009).

⁴ A Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) foi criada em 2006, a fim de concentrar esforços e otimizar os recursos destinados a garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de risco social e realizar o enfrentamento à perpetuação das desigualdades sociais e à discriminação de grupos historicamente excluídos dos espaços legitimados de poder, a saber: mulheres, negros (as), indígenas, comunidade LGBT, pessoas com necessidades especiais, ciganos (as), dentre outros grupo. Disponível em: < www.proae.ufba.br>. Acesso em: 21/02/2017.

A motivação para construção desse estudo foi à participação na pesquisa do Programa Permanecer⁵ da UFBA (2014/2015 e 2015/2016) intitulada “A Expansão dos Cursos de Serviço Social em Salvador: Os impactos para discentes e docentes”, que analisou os impactos da expansão dos cursos públicos e privados, na modalidade de Educação à Distância, coordenada pela professora doutora Adriana Freire Pereira Férriz.

O presente estudo faz opção pelo método documental e pesquisa de campo, se apresenta como pesquisa qualitativa por possuir a possibilidade de ampliação do entendimento do objeto de estudo cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural para dar subsídio à investigação. Para Gil (2008), o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis.

Para a coleta de dados foi aplicado um questionário (fechado e aberto), contendo 12 (doze) questões cujo objetivo foi traçar o perfil das/os entrevistadas. Além do questionário, foram realizadas seis entrevistas individuais, tendo como suporte um roteiro com questões semiestruturadas, contendo duas pautas: falar sobre os impactos da expansão do curso de Serviço Social na UFBA e sobre a permanência no curso de Serviço Social na UFBA.

A pesquisa é composta pelos discentes matriculados (semestre 2016.2) no curso de Serviço Social da UFBA, que somam aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) alunos. Para tanto, foi delimitada um grupo de seis discentes para participar da entrevista, sendo três discentes assistidas pela PROAE e três não assistidas.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz os aspectos introdutórios, o segundo faz um resgate da história da educação do Brasil, pois, consideramos importante relatar o princípio da educação até o processo de expansão decorrente das últimas duas décadas. O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa, e por fim, o quarto se debruça sobre as considerações finais.

⁵O Programa é uma iniciativa da Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade da PROAE e possui como objetivo assegurar a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na universidade, garantindo o término dos estudos em nível de graduação.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

O direito à educação está inserido no contexto do direito social, segundo a Constituição Federal de 1988 é direito de todos e dever do Estado assegurá-la. Se fizermos uma busca rápida no dicionário do pensamento Marxista teremos:

A educação tem de assegurar o desenvolvimento integral da personalidade. Com a reaproximação da ciência e da produção, o ser humano pode tornar-se um produtor no sentido mais completo. Assim sendo, suas potencialidades podem ser reveladas e desenvolver-se. Todo um universo de necessidades vem à tona nessas condições, ativando o indivíduo em todas as esferas da vida social, inclusive o consumo, o prazer, a criação e o gozo da cultura, a participação na vida social, à interação com os outros seres humanos e a auto realização (autocriação). A realização desse objetivo exige, entre outras coisas, a transformação da divisão social do trabalho, tarefa formidável que ainda está apenas nos seus primeiros momentos (BOTTOMORE, 1988, p.200).

Conforme a definição Marxista, a educação se refere ao desenvolvimento da formação do homem onilateral, que permite a aproximação e transformação através do trabalho livre, que é adquirido antecipadamente em aprendizado, cuja ligação está associada à educação (MANACORDA, 2006).

Educar não é a mera transferência de conhecimento, mas, sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades (MÉSZÁROS, 2005, p.13).

2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A partir de 1549, a educação no Brasil foi introduzida pelo colonizador, fortalecidos pelos padrões religiosos, controle da fé e da moral. Desse modo, a educação nessa época foi regida pelos Jesuítas⁶, cujas ações se resumem em cristianização e pacificação, tornando os

⁶Os jesuítas eram padres da Igreja Católica que faziam parte da Companhia de Jesus. Esta ordem religiosa foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola. A Companhia de Jesus foi criada logo após a Reforma Protestante (século XVI), como uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo. Portanto, esta ordem religiosa foi criada no contexto da Contra Reforma Católica. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, com a expedição de Tomé de Souza. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/religiosociais/jesuitas.htm>>.

índios dóceis para o trabalho (ARANHA, 1996).

A educação que foi apresentada na Colônia não foi igual, todavia, existiam formas diferenciadas de ensino para os índios e para os filhos dos colonos, além da religião era ensinado a ler e escrever. Já para os índios, era ensinado apenas a religião, sobretudo, foi ignorada a educação, a cultura e a religião que já existiam entre os índios para implantar costumes e religião diferente, renegando o costume do que já existia entre os índios.

Segundo Aranha (1996), percebemos que além dos nativos estavam excluídas da educação as mulheres e os negros. É importante dar ênfase a esse acontecimento no Brasil Colônia, porque a principal intenção de Portugal era apenas explorar os recursos naturais e humanos através do povo encontrado e trazido para a colônia, e jamais fortalecer uma base entre a sociedade e torná-los independentes. Desse modo, a herança de exclusão social⁷ percorrerá o Brasil por muitos anos e talvez o País ainda não esteja liberto dos costumes, de não incluir uma parte da sociedade ou não permitir subsídio suficiente para permanência da classe trabalhadora⁸ na política de educação.

Contudo iremos nos dedicar em mostrar os avanços do acesso à educação no decorrer deste trabalho, mas iremos nos debruçar para enfatizar que o modelo conservador de exclusão social enquanto política de educação ainda é muito forte no Brasil, embora a educação tenha avançado nas últimas duas décadas.

A primeira reforma educacional implantada no País foi dirigida pelo Marquês do Pombal, responsável por expulsar os jesuítas do sistema de ensino em 1759 e fechar as escolas dirigidas pelos Jesuítas. Buscou ainda abreviar e simplificar o ensino, objetivando atrair interessados em ingressar no ensino superior no Brasil.

De acordo com Santos (1998),

Marquês de Pombal, ao propor as reformas educacionais por intermédio da aprovação de decretos que criaram várias escolas e de reformar as já existentes, estava preocupado, principalmente, em utilizar-se da instrução pública como

Acesso em: 09/01/2017.

⁷ Exclusão Social: designa um processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade. Trata de uma condição inerente ao novo sistema econômico e político o capitalismo. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/exclusao-social/>>. Acesso em: 09/01/2017.

⁸O termo é usado pela primeira vez pelo filósofo Karl Marx no “Manifesto do Partido Comunista” obra de sua autoria daí então o termo é utilizada em outras obras do autor é por outros estudiosos, Marx considera que a classe trabalhadora é a classe oprimida, pois essa gera riqueza para classe dominante através da venda da força de trabalho (MANACORDA, 2006, p. 12).

instrumento ideológico e, portanto, com o intuito de dominar e dirimir a ignorância que grassava na sociedade, condição incompatível e inconciliável com as ideias iluministas (SANTOS, 1982, p.122).

Contudo, a intenção de Pombal era oferecer às escolas condições que acompanhasse as transformações de seu tempo, de modo que as novas propostas educacionais dele estavam relacionadas aos ideários do movimento iluminista⁹. O Marquês de Pombal pretendia fazer uma transformação profunda na reforma educacional.

Conforme Aranha (1996), a vinda da família real em 1808 para o Brasil trouxe novos rumos para a educação e supostamente uma necessidade na criação de cursos, instituições culturais e educacionais, criaram-se também os primeiros cursos superiores com a formação em engenharia e medicina. Em 22 de janeiro, na cidade de Salvador no estado da Bahia, foi oficialmente criado o primeiro curso superior de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia.

De acordo com Aranha (1996), foi criada a Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), e com isso houve uma organização entre 1858 a 1874 da Escola Militar e Escola Politécnica.

Conforme Colossi (2001, p. 51),

Em 1827 foram criados os Cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda. Em 1889, a República se desenvolve com a criação de 14 Escolas Superiores. A Universidade de Manaus, criada em 1909, mostrou a força do ciclo da borracha e, em 1912, a Universidade do Paraná, no contexto do ciclo do café. Posteriormente foram criadas a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, de Minas Gerais, em 1927, de São Paulo, em 1937, e, em 1961, a Universidade de Brasília.

A Proclamação da Independência no Brasil Império deu origem à emancipação no plano político que o País tinha conquistado, porém, a educação que já tinha saído do período colonial com algumas fragilidades teve alguns avanços através da reforma pombalina. Na década de 1920 foi criada uma Assembleia Constituinte e Legislativa, quando houve a organização da educação nacional baseada na escrita, leitura e contas de matemáticas, nesse mesmo período foram criadas várias propostas pedagógicas, todas impostas pelo modelo europeu instalado no Brasil, ocorrendo uma preocupação com a formação de alguns

⁹ O Iluminismo surgiu na Europa no século XVIII, foi um movimento intelectual, filosófico, político, social, econômico e cultural que defendia o uso da razão como o melhor caminho para alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. O movimento iluminista fez uma alusão ao período vivido até então, desde a idade Média, período este de trevas, no qual o poder e o controle da Igreja regravam a cultura e a sociedade. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/iluminismo/>>. Acesso em: 13/01/2017.

profissionais de ensino.

A década de 1930 foi marcada pelas inovações na educação do ensino básico e superior, realizadas pelo governo Getúlio Vargas (1930-1945) em seu primeiro mandato, uma reorganização da estrutura escolar foi instalada, na escola primária, secundária e o ensino superior. Em 1931, criou-se o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigorando até 1961, a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (Federal, Estadual ou Municipal) ou livre, isto é, particular (SOARES, 2002).

O Estatuto das Universidades, criado por Getúlio Vargas e seu primeiro titular Francisco Campos, foi vigorado o Decreto nº 19.851 de 1931, ainda no primeiro mandato de Vargas, cuja definição dos seguintes artigos é:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. Art. 2º A organização das universidades brasileiras atenderá primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do país e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem, psicossocial e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos altos desígnios universitários. Art. 3º O regime universitário no Brasil obedecerá aos preceitos gerais instituídos no presente decreto, podendo, entretanto, admitir variantes regionais no que respeita à administração e aos modelos didáticos. Art. 4º As universidades brasileiras desenvolvem ação conjunta em benefício da alta cultura nacional, e se esforçaram para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercâmbio com as universidades estrangeiras (BRASIL, 1931, p.1).

O decreto acima contribuiu para orientar o ensino superior, bem como implantar investigações e pesquisa para as universidades brasileiras, e intercâmbios com as universidades estrangeiras, além difundir a cultura e desenvolvimento do País.

Ainda na década de 1930, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova¹⁰ se destacou pela luta de implementações de Políticas Educacionais no ensino do País, o movimento buscava responsabilizar o Estado pela implementação do ensino público para todos, também levantou a discussão de envolver o contexto social vigente às próprias discussões em sala. Crítica o sistema dual, que destina uma escola para os ricos e outra para os pobres, reivindicando a escola básica, única (ARANHA, 1996).

¹⁰O Manifesto dos Pioneiros teve início em 1932, trazendo uma nova proposta pedagógica para educação e trazendo em seu bojo uma proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro. Tendo como seus principais representantes Lourenço Filho, Fernando de Azevedo Anísio Teixeira e Francisco Campos (PINTO, 1986, p.62).

O Manifesto dos Pioneiros possui uma importância muito grande para a história da educação brasileira, por que algumas de suas reivindicações foram atendidas e teve como base para implantação de leis educacionais.

Na Constituição Federal de 1934 conferem-se algumas conquistas, frutos desse movimento, dentre as quais se destaca o caráter universalista atribuído à educação e a sua obrigatoriedade ao ensino básico,

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrado, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, p.49).

Compreendemos a importância para o desenvolvimento da educação no País através da Constituição de 1934, contudo, iremos retomar ao início de nossa contextualização histórica da educação, que segundo relatos de Aranha (1996), a educação para os índios se resumia apenas a moral e o importante era torná-los dóceis para serem explorados. O Art. 149 da Constituição está preocupado em estabelecer uma eficiência nos fatores da vida moral e economia do País, além de dividir a responsabilidade do Estado para cada brasileiro em ser solidário, restringindo algumas responsabilidades governamentais e transferindo para o cidadão.

Sintetizando os fatos já citados, percebemos que não é apenas uma coincidência o fato de copiar o modelo Colonial, porém, compreendemos que por trás desse conservadorismo¹¹ predominante no Brasil, existe uma contradição para fomentar a lógica de dominação da elite brasileira.

Para Soares (2002), na Nova República foram criadas 22 (vinte e duas) Universidades Federais e nove Universidades Religiosas, sendo uma desta presbiteriana. O período foi marcado por uma forte expansão do ensino superior, possibilitando mais oportunidades para o ingresso ao ensino superior e articulação entre universitários. Para o autor, houve mobilizações dos universitários, sendo fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE)¹².

¹¹O conservadorismo é uma doutrina associada à direita política que costuma defender as tradições, os valores religiosos e o nacionalismo. Disponível em: <<http://conceito.de/conservador>>. Acesso em: 10/01/2017.

¹²No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens a batizam como União Nacional dos Estudantes

A inserção do estado magistral, a partir do período de 1964, teve como decorrências algumas transformações estruturais na educação. Foi instalada nesse período a educação tecnicista, para que fosse atendida a necessidade industrial do País, influenciado pelo regime internacional. A consolidação da sociedade durante o regime militar transformou a escola pública brasileira em uma lógica totalmente voltada para alienação da classe trabalhadora, desse modo, quem fazia parte do regime deveria pelo menos ter o mínimo de escolaridade, para que houvesse progresso no País.

O período da gestão de Castelo Branco¹³, em junho de 1964, cujo objetivo do seu governo seria promover a ordem e a tranquilidade entre os estudantes, operários e militares, desse modo, a política educacional se fortaleceu como instrumento de disciplina e controle social. O governo de Castelo Branco criou as diretrizes do ensino primário obrigatório e gratuito, o fim da separação do ensino médio, acadêmico e dos tecnológicos, em relação ao ensino universitário houve um pequeno incentivo ao ensino privado.

A educação como fator de desenvolvimento adotado pelo novo regime teve em partes prioridades, além do governo de Castelo Branco, o governo de Costa e Silva¹⁴ e Garrastazu Médici¹⁵. Nesse Período ocorreu um crescimento da demanda social da educação em virtude da necessidade de adequação do sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico.

Ainda na década de 1960 no Brasil, a educação passou por momentos difíceis, favorecidos pelo período, marcado por uma intensa ditadura, todavia, a educação teve um forte apelo economicistas nas teorias educacionais e nas políticas públicas.

(UNE). Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>, acesso>. Acesso em: 10/01/2017.

¹³Castelo Branco (1900-1967) foi político, militar e o primeiro Presidente do Brasil depois do golpe militar de março de 1964. Nomeado pelo Congresso, ficou no poder de 15 de abril de 1964 até 15 de março de 1967. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/castelo_branco>. Acesso em: 23/01/2017.

¹⁴Arthur da Costa e Silva nasceu no dia 3 de outubro de 1902 em Taquari, Rio Grande do Sul. Fez parte do movimento tenentista em 1922, quando foi preso e anistiado, e dez anos mais tarde, em 1932, participou da Revolução Constitucionalista que aconteceu em São Paulo. Já envolvido na política, fez parte do grupo do exército na embaixada do Brasil, na Argentina (1950-1952). Foi promovido a general de divisão em 1961 e liderou o comando do 4º Exército, em Recife (1961-1962). Ao lado de Castello Branco, Costa e Silva foi um dos principais articuladores do golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart, e fez parte da junta batizada de Comando Supremo da Revolução, formada pelo brigadeiro Correia de Melo e do almirante Augusto Rademaker. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/arthur-da-costa-e-silva.jhtm>>. Acesso em: 23/01/2017.

¹⁵Emílio Garrastazu Médici exerceu o vigésimo período de governo republicano, de 30/10/1969 a 15/03/1974. Militar, nasceu na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, e foi um dos simpatizantes do golpe militar de abril de 1964. Com o afastamento do segundo presidente da era militar, Arthur da Costa e Silva, seu nome foi indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial. Através de eleição indireta, foi eleito presidente da República em 1969. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-emilio-medici/>>. Acesso em: 23/01/2017.

Contudo sobre a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída na Lei 4.024/61, o Presidente João Goulart¹⁶ anunciava o Plano Nacional de Educação em meio aos conflitos referentes ao período autoritário do golpe militar de 1964. Ocorreu uma reforma universitária e cuja Lei nº 5.540/68 é criada como forma de organizar o ensino superior e proporcionar articulação com as redes escolares.

Todavia, o período foi fortemente marcado pelo golpe militar, reprimindo as inquietações e reivindicações das classes populares, pois, a gestão impopular está intensamente preocupada apenas com o desenvolvimento econômico. Com isso, podemos destacar a criação de uma universidade moderna, cujo modelo seguia às bases norte-americanas, já que o período da ditadura era fortalecido pelas influências dos EUA.

Para Soares (2002),

Com a transferência da capital, do Rio de Janeiro para Brasília, foi criada em 1961, a Universidade de Brasília, cujos principais objetivos eram o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais ligada ao projeto desenvolvimentista. Essa foi à primeira universidade brasileira que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades pré-existentes; sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes. Seguindo o modelo norte-americano, organizou-se na forma de fundação e os departamentos substituíram as cátedras (SOARES, 2002, p. 38).

Na década de 1970 destaca-se a expansão da criação de instituições privadas do ensino superior, porém, a autocracia ainda predominava no País. Na contramão da ideologia política de acúmulo do capital para a classe elitista, muitos movimentos estudantis e sociais ganham força e destaque na tentativa de mudar o quadro hegemônico, em busca do retorno à democracia (GATTI, 2001).

A década de 1980 foi marcada por um avanço de conquista constitucional para o Brasil, através dos movimentos populares organizados em busca de direitos trabalhistas, educacionais, saúde, entre outros. Foi um marco na história brasileira a conquista da Constituição Federal de 1988, a regulamentação da educação no Brasil veio a partir da CF/88 (BRASIL, 1988), tendo sido posteriormente reafirmada em outras leis que estão ligadas diretamente à educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), o Plano Nacional de Educação

¹⁶O governo de João Goulart foi um dos mais atribulados da história da República Brasileira, pois foi marcado por conspirações militares, desajuste econômico com altíssima inflação, tentativa de aplicação de reformas de base, aproximação com as esquerdas que almejavam a via revolucionária, entre outros acontecimentos. João Goulart esteve no poder de setembro de 1961 a abril de 1964, mês em que foi efetivamente afastado do poder por uma articulação civil-militar. Esse evento foi denominado por alguns como “Golpe de 1964”. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/governo-joao-goulart.htm>>. Acesso em: 15/01/2017.

(PNE/2001), entre outras.

Essas Leis e Estatutos ressaltam o direito de todos à educação, e isso é abordado em todas as situações. A Lei da Filantropia também possui sua participação, contribuindo com a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade ao ensino privado. A Constituição Federal de 1988 no Art. 205 afirma que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. E será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. [...] os recursos públicos são destinados às escolas públicas, podendo ser dirigido a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei desde que comprovem finalidade não lucrativa (BRASIL, 1988, p.115).

Com essa afirmação, a CF/88 aborda que a educação não é somente direito, passa também a ser dever do Estado, que deve implantar escolas públicas de fácil acesso para todos. Para Aranha (1996), a Constituição foi um marco importante para a história da educação brasileira, pois proporcionou grandes e importantes conquistas oriundas de mobilizações sociais, pelas quais vale destacar:

Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; ensino fundamental obrigatório e gratuito, extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente ao ensino médio; atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos; acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, ou seja, o seu não oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade de autoridade competente (podendo ser processada); valorização dos profissionais do ensino, com planos de carreira para o magistério público; autonomia universitária; aplicação anual pela União de nunca menos de 18%, e os estados, Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos; distribuição dos recursos públicos assegurando prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do plano nacional de educação; recursos públicos destinados às escolas públicas podem ser dirigidos à escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas, desde que comprovada à finalidade não lucrativa; plano nacional de educação visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino e seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país (ARANHA, 1996, p. 223-224).

Backx (1997) ressalta a lógica da Constituição, que é repetida pela LDB/96 quando se trata dos princípios da educação, demonstrando seu vínculo com mundo do trabalho e relacionando a família e a escola. Este nível é dividido em educação básica (que consiste na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), educação superior, educação profissional e a educação especial.

Ainda de acordo com o autor, a garantia da qualidade de ensino cabe ao voluntariado, tornando-se palpável e estratégico ao Estado, pois o trabalho torna-se bem feito por ser

espontâneo. Com esta afirmação caberia ao cidadão brasileiro seguir desacreditado em obter um ensino de qualidade em seu País, ou prosseguir buscando a concretização dos seus direitos, lutando por políticas públicas de boa qualidade e por seus interesses, visando garantir interesses de inserção de crianças e adolescentes nas escolas, propiciando um futuro digno para os mesmos.

A LDB inverte a lógica do Art. 205 da Constituição Federal, o mesmo se refere à educação como direito de todos e dever do Estado e da família, na LDB possui o Art. 2, o mesmo está salientando que é dever da família e depois do Estado. Fazendo uma análise bem sucinta, notamos que o Estado demonstra um arrependimento e transfere a primeira responsabilidade para a família e depois o Estado. A partir desse contexto pressupõe-se que a legislação é falha, por um momento ela definiu o direito de todos terem acesso à educação, logo após responsabiliza a sociedade brasileira em ter ou/não acesso à educação.

Backx (1997) comenta que a LDB começou a ser discutida na Câmara dos Deputados no ano de 1983, passando pelo senado em 1988 e sendo promulgada em 1996, com um debate entre os que defendiam as escolas públicas para todos, os donos das escolas privadas e do Banco Mundial. Por mais que seja discutida e registrada, a legislação é realizada da maneira que o poder a define, os mais fortes opinam e as colocam em prática da forma que melhor propicie os capitalistas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) institui regras de funcionamento da política de educação no Brasil. A referida Lei estabelece no (Art. 21) que a educação se divide em duas grandes etapas: a educação básica, que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e a educação superior. A LDB em seu Art. 7 abre a possibilidade para que:

O ensino é livre à iniciativa privada, desde que cumpra as condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; e III - capacidade de autofinanciamento (BRASIL, 1996, p. 3).

A LDB desencadeia um processo de flexibilidade institucional à educação superior de acordo com sua organização, contribuindo para o processo de expansão do ensino superior, criando cinco formas de instituições: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas isoladas (GONÇALVES, 2013). O Art. 80 da LDB assegura que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de

educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 26).

Pode-se também contar, para reafirmação do direito à educação com o Plano Nacional de Educação sancionado em 9 de janeiro de 2001, votada pelo Congresso Nacional, determina os objetivos, as ações e as metas a serem atingidas em educação num período de dez anos. O Plano surgiu da pressão social produzida pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a sua importância foi assinalar este plano como tarefa do Estado sem ser subjugado como interesse particular do governo (PNE, 2001). Este plano possui duas propostas, da sociedade e do governo, a primeira reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a democratização da gestão escolar, visando universalizar a educação básica, o governo insistiu na permanência da atual política educacional.

Entendendo que o Brasil estava passando por sérios problemas na educação superior, se o Plano Nacional de Educação não estabelecesse uma política que promovesse sua renovação e desenvolvimento do ensino superior iria ser encaminhado para resultados piores. O Brasil sendo comparado com os outros países da América Latina possuía o menor índice de matriculados no ensino superior, entre jovens de 18 a 24 anos, sendo a média de 12% em relação aos demais países, como por exemplo, Chile 20,6%, Venezuela 26% e Bolívia 20,6%, a educação superior foi contemplada no item B do PNE/2001-2010 (BRASIL, 2001).

O Plano Nacional de Educação (2011-2020) discorre sobre a meta de elevação da taxa de matrícula de jovens entre 18 a 24 anos de 33%, desse modo foi estabelecida uma estratégia diferente da década passada para alcançar o objetivo para os próximos anos, pela qual vale destacar:

(12.1) Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação. (12.2) Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da rede federal de educação profissional e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas às características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.

12.3) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior. 12.4) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas. 12.5) Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a

ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico. 12.6) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador. [...] 12.11) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País. [...]12.14) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação. 12.15) Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação. 12.16) Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados. (PNE, 2011-2020, p.11-12).

Os elementos apontados no PNE serviram de justificativa para o estabelecimento de legislações específicas, que passaram a normatizar a educação superior no Brasil e em consequência disso à criação do programa de expansão do ensino superior como garantia de que a estratégia tivesse resultados positivos. Foram criadas novas leis de acesso, como foi o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em 2001, pela Lei nº 10.260. Ainda no governo de FHC – mas tendo expansão e incentivo no Governo Lula – o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) regulamentado pelo Decreto nº. 5.493 de 18 de Julho de 2005 trata a Lei nº. 11.096/2005 pelo Decreto nº. 6.096/2007, que institui o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (BRASIL, 2007).

Desse modo, as duas últimas décadas foram movidas de grandes avanços para a educação superior, sendo nestes aspectos que iremos desenvolver o tópico a seguir, priorizando as políticas que contribuíram para a expansão do ensino superior no Brasil.

2.2 AS POLÍTICAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

A expansão nas Instituições de Ensino Superior (IES) destaca-se no período do neoliberalismo durante o primeiro governo de FHC (1995-1998), conseqüentemente houve uma ampliação do setor privado e a privatização das IES públicas. Neste governo identificou-se a expressiva adesão de políticas nacionais, cuja principal pretensão foi priorizar a lógica da relação custo-benefício defendida pelo capitalismo, impactando diretamente em diversos setores, dentre quais, encontra-se a educação. As políticas adotadas caracterizaram-se pelo expressivo incentivo ao capital privado interessado em impulsionar a expansão do ensino superior, cuja motivação principal se destinava a atender interesses

financeiros (PEREIRA, 2013).

Nesse sentido, o caráter eminentemente mercadológico que a partir da década de 1990 caracteriza o ensino superior no Brasil, exige uma reflexão aprofundada a respeito dos impactos provenientes dessa intensa expansão no aprendizado dos discentes vinculados às instituições, que não oferecem um ensino superior de qualidade científica e acadêmica.

O período foi marcado por um diagnóstico feito pelo governo a fim de perceber os principais problemas, com expectativas de mudanças cujo objetivo era transformar o sistema educacional baseado na flexibilidade, competitividade e avaliação, para isso fez-se necessário mudar os seguintes itens, conforme Catani (2000):

a) Esgotamento do modelo único baseado na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; b) Tamanho do sistema extremamente modesto para as dimensões e necessidade do País; c) Inadequação do processo de credenciamento de novas instituições, o que gerou um sistema sem competição e de baixa qualidade; d) Falta de um sistema abrangente de avaliação do ensino de graduação; e) Desafio de modernizar o ensino de graduação; f) Ineficiência no uso dos recursos públicos na parte federal do sistema (CATANI, 2000, p.108-109).

De acordo com Pereira (2013), o período de expansão no governo do Presidente FHC problematiza a segunda fase da expansão do ensino superior, a autora enfatiza que esse período foi fortalecido pelos privilégios do setor privado, pelo qual houve uma ampliação da privatização interna das IES públicas a partir dos cursos pagos e das parcerias universidade-empresas.

Para enfatizar as informações acima, iremos viabilizar a expansão dessa privatização e parceria universidade-empresa. O que interessa para essa análise é o número de ingressos representado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição Percentual do Número de Ingressos através de Processo Seletivo e de Outras Formas, por Faixa Etária segundo a Categoria Administrativa - Brasil - 2000 e 2002.

Ano	Faixa Etária (em anos)	Ingressos por Categoria Administrativa					
		Total	%	Pública	%	Privada	%
2000	Brasil	1.035.850	100,0	261.114	100,0	774.636	100,0
	Até 18	137.860	13,3	30.165	11,6	107.683	13,9
	De 19 a 24	524.434	50,6	148.107	56,7	376.270	48,6
	De 25 a 29	164.554	15,9	36.227	13,9	128.313	16,6
	De 30 a 34	93.673	9,0	21.248	8,1	72.417	9,3
	De 35 a 39	60.028	5,8	13.550	5,2	46.473	6,0
	De 40 ou mais	55.297	5,3	11.817	4,5	43.480	5,6

2002	<i>Brasil</i>	1.411.208	100,0	320.354	100,0	1.090.854	100,0
	<i>Até 18</i>	187.279	13,3	48.712	15,2	138.567	12,7
	<i>De 19 a 24</i>	685.084	48,5	162.882	50,8	522.202	47,9
	<i>De 25 a 29</i>	229.884	16,3	44.213	13,8	185.671	17,0
	<i>De 30 a 34</i>	131.387	9,3	26.442	8,3	104.945	9,6
	<i>De 35 a 39</i>	87.451	6,2	18.120	5,7	69.331	6,4
	<i>De 40 ou mais</i>	90.123	6,4	19.985	6,2	70.138	6,4

Fonte: Censo de Educação Superior 2002¹⁷.

De acordo com o resumo técnico do Censo de Educação Superior (2002), referente ao número de ingresso por faixa etária de 2000, foi registrado um total de 774.636, já em 2002, 1.090.854 de ingresso nas IES privadas, totalizando um acréscimo de 28,99% em relação ao ano citado conforme a tabela 1. O ano 2000 teve apenas 774,636 ingressos nas IES privadas, os acréscimos acima também podem ser fruto do FIES que é um programa de financiamento em que o estudante recebe do Estado um determinado valor de empréstimo para pagamento da mensalidade do curso, e, após a conclusão do curso este tem um período para quitação da dívida adquirida.

É notável que houvesse uma oferta maior de vagas nas universidades, de acordo com as ações políticas voltada para esses interesses, para entender que é direito de todos, mas, que por trás dessa roupagem existem interesses do neoliberalismo cujo maior objetivo é fortalecer o capitalismo, segue citação abaixo,

O capital em crise precisa de novos campos de exploração, para vender suas mercadorias e ampliar seus domínios, portanto, ao longo da década de 1990 desencadeia-se uma ampliação do espaço privado nas atividades diretamente ligadas à produção econômica (a privatização das empresas estatais é um exemplo deste movimento do capital), mas também no campo das políticas sociais, onde se expressam os direitos conquistados pelas lutas históricas da classe trabalhadora, entendendo este campo como um espaço contraditório, como expressão do binômio conquista-concessão (PASTORINI, 2004 *apud* LIMA, 2011, p. 27).

Em 2003, quando Lula assumiu a Presidência da República, foi marcado pela continuidade ao modelo neoliberal, acelerando a ampliação do setor privado e a privatização interna das IES públicas (PEREIRA, 2013).

O Decreto de 20 de outubro de 2003 designa o Grupo de Trabalho Interministerial¹⁸

¹⁷ A tabela 1, extraída do Censo de Educação de 2002, foi considerada importante ser citada para mostrar a importância da expansão do ensino superior que se deu ainda no governo FHC, na década de 1990 abrindo caminhos para novos avanços para o próximo governo que teve como presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

(GTI), analisa a situação da realidade atual e apresenta um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) (BRASIL, 2003).

Conforme o Decreto de 2003 existia uma crise nas universidades brasileiras e inclusive nas federais, ambas se encontravam em situação caótica, assim como os demais setores públicos do País.

De um lado, as universidades governamentais sofrem consequências da crise fiscal do Estado que incidem sobre seus recursos humanos, de manutenção e de investimento. De outro lado, a prioridade ao setor privado em todas as áreas também chegou ao setor do ensino superior: as universidades privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos, chegando a responder, em 2002, por 63,5% do total de cursos de graduação e 70% das matrículas, encontram-se agora ameaçadas pelo risco de uma inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação a seus diplomas (BRASIL, 2003, p. 02).

Diante do que foi exposto, foi determinado pelo decreto uma medida emergencial de apoio ao ensino superior, em especial as universidades federais, para tal faz-se necessário criar uma reforma universitária mais profunda.

Ocorreram alguns investimentos na educação básica, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda nº. 53/2006, regulamentado pela Lei nº. 11.494/2007 e pelo Decreto nº. 6.253/2007 em substituição ao FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006 (BRASIL, 2012). Para além dos investimentos do FUNDEB houve financiamento do capital internacional através do Banco Mundial.

Além dos investimentos na educação básica, o governo Lula investiu e deu mais visibilidade ao ensino superior público, principalmente pelo o acesso e participação da população desfavorecida, que não detinha condições financeiras para o acesso e a permanência à educação superior.

¹⁸Criado por Decreto de 20 de outubro de 2003, composto por membros da Casa Civil e da Secretária-geral da Presidência da República e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Educação, e busca sugerir ideias para enfrentar a crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira, para fazer dela um instrumento decisivo da construção do Brasil ao longo do século XXI. Ele é composto de quatro partes. A primeira apresenta o elenco de ações emergenciais para o enfrentamento imediato da crítica situação das universidades federais. A segunda ressalta a necessidade da efetiva implantação de autonomia à universidade federal. A terceira parte aponta para linhas de ação imediata, que possam complementar recursos e ao mesmo tempo propiciar um redesenho do quadro atual. A quarta indica as etapas necessárias para a formulação e implantação da reforma universitária brasileira (BRASIL, 2003). Disponível em: <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>>. Acesso em: 25/01/17.

Conforme Pereira (2010), em 2003 foi criado 19 (dezenove) cursos de natureza pública, sendo que 14 (quatorze) desses foram em Universidade Federais, o que se relaciona com a política do governo federal de expansão do acesso à educação superior onde foi implementado alguns programas que regulamentaram o acesso, bem como a extensão do ensino superior no Brasil como: REUNI, PROUNI e EAD.

O Programa de Apoio a Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais foi criado através do Decreto nº. 6.096/2007 é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2009).

Notou-se a necessidade de uma expansão emergencial para o ingresso de jovens no ensino superior, pois, o País possui uma média nacional de apenas 24,3% dos jovens brasileiros com idade entre 18 a 24 anos. Através do REUNI foi elaborada ações e medidas com a intenção de aumentar o número de ingresso no ensino superior público (BRASIL, 2009).

Além disso, o REUNI tem como seus principais objetivos a criação de estratégias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais, diversificar as modalidades dos cursos de graduação através da flexibilização dos currículos, do ensino à distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou Bacharelados interdisciplinares (BI)¹⁹, incentivar a criação de um novo sistema de certificações, elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (BRASIL, 2007).

O REUNI tem como suas principais metas: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, elevação gradual da relação aluno/professor para 18 (dezoito) alunos para um professor, aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007, ano de início do Programa para cumprimento das metas (BRASIL/MEC, 2009).

Segundo o Relatório do primeiro ano, publicado em Setembro de 2009, das 54

¹⁹O Bacharelado Interdisciplinar (BI) é uma modalidade de graduação plena oferecida por inúmeras universidades pública no Brasil e no mundo, oriundo do REUNI compreendendo uma ampla articulação de conhecimentos e quatro saberes; Artes, Ciência e Tecnologia, Humanidades.

(cinquenta e quatro) universidades existentes no final de 2007, 53 (cinquenta e três) aderiram ao Reuni em duas chamadas. Para implementação do programa no 1º semestre de 2008 participaram 42 (quarenta e duas) universidades públicas, onde será representada no Quadro 1 para facilitar a visualização.

QUADRO 1 - Universidades Públicas que aderiu a 1º chamada do Reuni

REGIÃO	UNIVERSIDADES PÚBLICAS	QUANTIDADE
NORTE	Fundação Universidade Federal do Acre – UFAC; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Fundação Universidade Federal de Roraima - UFRR ; Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT; Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA; Fundação Universidade do Amazonas - UFAM ; Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Universidade Federal de Lavras- UFLA.	Oito Universidades Federais
NORDESTE	Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI ;Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFRSA; Fundação Universidade Federal do Maranhão Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal do Ceará – UFC; Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS .	Oito Universidades Federais
CENTRO OESTE	Fundação Universidade de Brasília – UnB; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Fundação Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Universidade Federal de Goiás – UFG; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	Seis Universidades Federais
SUDESTE	Fundação Universidade Federal de Viçosa – UFV; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFT; Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Federal do	Treze Universidades Federais.

	Espírito Santo – UFES; Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; Fundação Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Federal do Triângulo Mineiro- UFTM.	
SUL	Universidade Federal do Paraná – UFPR; Fundação Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Universidade Federal de Santa Catarina UFSC; Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA.	Sete Universidades Federais

Fonte: Relatório do Reuni 2008 (BRASIL/MEC, 2008).

Elaboração: Pesquisadora.

Para a segunda chamada no 2º semestre de 2008 participaram onze (11) universidades, a saber,

1. Universidade Federal de Alagoas – UFAL
2. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
3. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
4. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
5. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
6. Universidade Federal de Uberlândia - UFU
7. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
8. Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL
9. Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI
10. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
11. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (BRASIL/MEC, 2008, p.5.).

Houve bastante interesse pela adesão do Reuni das Instituições Federais de Ensino Superior, como podemos perceber nas informações acima, com bases no Relatório do REUNI/2008. Salientando o contingente das universidades públicas participantes, é relevante ressaltar que na época existiam 54 (cinquenta e quatro) universidades, porém apenas a Universidade Federal do ABC (UFABC) não aderiu, por já adotar medidas semelhantes ao que preconiza o REUNI.

Segundo o Relatório do primeiro ano, o número de vagas para 2007 era 132.451,

houve um aumento de 146.762, totalizando um acréscimo de 11% no ano. Contudo, houve superação em 2008, onde foram ofertadas pelas IFES 14.826 novas vagas, em relação ao curso de graduação presencial o ano de 2007 totalizou 2.326 e pactuaram um aumento para 2.552, resultando num incremento de 9,7%. Ocorreu também expansão dos campi das IFES desde 2003, onde foram criados 104 novos cursos (BRASIL/MEC, 2009).

Conforme os dados obtidos pelo Censo de Ensino Superior 2012, houve uma superação de 7 milhões no número de matrículas, tendo registado um acréscimo de 4,4% em relação aos dados de 2011, com isso, a média anual de cresceu 5,7% desde 2009 (BRASIL/MEC/INEP, 2012). Iremos observar a evolução na Tabela 2 do número de matrículas de 2009 a 2012.

TABELA 2 - Evolução no número de matrícula de graduação segundo organização acadêmica- Brasil- 2009- 2012

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	2009	2010	2011	2012
IF/CEFET	68.097	87.506	101.626	111.639
FACULDADE	1.784.046	1.990.402	2.084.671	2.027.982
CENTRO UNIVERSITÁRIO	795.033	836.680	921.019	1.085.576
UNIVERSIDADE	3.306.845	3.464.711	3.632.373	3.812.491
TOTAL	5.954.021	6.379.299	6.739.689	7.037.688

FONTE: CENSO DE ENSINO SUPERIOR 2012(BRASIL/MEC/INEP,2012)

Conforme a Tabela 2 houve um maior número de matrícula no IF/ CEFETS, que podemos observar um crescimento de 63,9% entre 2009 e 2012, já o centro universitário destaca 35,5%, em relação às universidades ocorreu crescimento superior a 500.000 matrículas no período analisado. Contudo, houve um acréscimo de mais de 180 mil de 2011 para o ano de 2012, do total de matrículas são 54,2%, estão nas universidades 28,8%, nas faculdades, 15,4% nos centros universitários e 1,6% nos IF e CEFETS (BRASIL/MEC/INEP, 2012).

Diante do que foi exposto do REUNI, cabe salientar que as universidades que

aderiram ao programa tiveram autonomia para optarem ou/não a adesão, pois cabe aos Conselhos Universitários discutir e optar pelo programa. Contudo, não é possível obter a mesma autonomia para administração do programa, haja vista que o REUNI é uma espécie de um contrato de gestão, a universidade tem que cumprir metas pelas quais não são instituídas pelas universidades e sim pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), sem pensar que cada instituto fica sujeito a ser obrigado a aderir ao REUNI, conforme decisão do conselho da universidade.

Para Chauí (1999),

De fato, a autonomia universitária se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem "autonomia" para "captar recursos" de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas (CHAUÍ, 1999, p. 7).

O fato levou algumas oposições em relação à adesão ao REUNI, em 2007 quando o MEC anunciou o REUNI, o projeto não foi bem recebido por alguns estudantes, houve manifestações e invasões realizadas nas reitorias que se mostraram interessadas em aderir ao programa. Em pauta, o que era discutido entre os estudantes era que o programa tinha durabilidade de apenas cinco anos, logo, não teria certeza da renovação do programa, já que possivelmente teria mudanças no governo e a verba repassada através do programa seria um valor fixo, ficando defasada ao longo do tempo.

O sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) elabora uma cartilha em novembro de 2013, fazendo crítica ao REUNI. Para o ANDES, o programa não leva em consideração a realidade atual das universidades e aumentar o investimento em apenas cinco anos não será a solução para as universidades públicas, conforme citação abaixo,

O problema é que a verba do Reuni acabou em 2010 e, com a falta de conclusão das obras de infraestrutura, os cursos continuaram a ser ministrados em espaço absolutamente inadequados. Com duas unidades (os institutos de Humanidades e Saúde e de Ciências e Tecnologia) e seis cursos (Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Produção Cultural, Engenharia da Produção e Ciência da Computação), o Campus de Rio das Ostras virou um improvisado só, como ocupa um espaço construído para abrigar uma escola de ensino médio, a “solução” foi o aluguel de contêineres, usados como salas de aulas, salas de professores e almoxarifado (ANDES, 2013, p.9-10)

Segundo o ANDES, é preciso pensar na questão dos docentes das instituições de Ensino Superior, pois, haverá o aumento do número de alunos por professor, que passa de 10

(dez) para 18 (dezoito) conforme o programa designa como meta global.

Contudo, se analisarmos conforme relatos dos estudantes da ocupação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na fórmula do cálculo há uma dedução dos professores de pós-graduação, porém, muitos desses professores também dão aula na graduação. Além desta relação não significar que o professor atenda de fato os 18 alunos, desse modo, se um professor der aula às duas turmas com 40 (quarenta) discentes e ainda tenha duas orientações de monografia, o professor está atendendo um total de 82 (oitenta e dois) alunos, o que difere muito de (18) dezoito alunos (OCUPAÇÃO UFPE, 2007).

Conforme as informações relatadas acima, o REUNI trouxe consigo algumas reivindicações sustentadas de argumentos coerentes de diferentes categorias que discordavam da iniciativa de expansão proposta pelo governo. Mesmo com o conflito de uma parte do corpo acadêmico das IFES do País, o programa entra em vigor e 53 (cinquenta e três) universidades públicas aderem ao REUNI.

Ainda no mesmo governo (2005), foi criado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e mantém a proposta privatista, o mesmo é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais 100% (cem por cento), bolsas de estudos parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de graduação, e sequência de formação específica em instituições privadas do ensino superior, com ou sem fins lucrativos. A bolsa está destinada para brasileiros que não são portadores de diplomas e possuem o perfil renda familiar mensal de 1 (um) salário mínimo e $\frac{1}{2}$ (meio) por pessoa, bem como professores da rede pública de ensino no efetivo exercício do magistério da educação básica para os curso de licenciatura. Os discentes são selecionados pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desse modo, a precedência é para aqueles que alcançarem maior desempenho (BRASIL, 2005).

Conforme o Art. 8 da Lei nº. 11.096/2005 do PROUNI, as IES privadas que aderirem ao programa estarão isentos dos tributos fiscais por um período de 10 (dez) anos (renovável por iguais períodos) do pagamento dos seguintes tributos: do Imposto sobre Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), da Contribuição Social sobre o Lucro (CSL) e da Contribuição para o Programa de Integração social (PIS/PASEP) (BRASIL, 2005).

Desse modo, o PROUNI é uma lei que favorece os interesses dos mantenedores das IES privadas, pois, garante uma série de benefícios, como já foi citado no parágrafo anterior.

Como também, o PROUNI é propagandeado pelo governo como uma forma de facilitar o acesso de estudantes de baixa renda à universidade, porém, o programa tem aumentado o montante dos recursos públicos para o privado, o que acaba criando uma ilusão de “inclusão social”.

Através da base oferecida pelo Art. 80 da Lei nº. 9.394 de dezembro de 1996, dispondo sobre o credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programa na modalidade de ensino à distância para educação básica, jovens e adultos, profissional, médio e educação superior (BRASIL, 1996). O Decreto nº. 2.494 de fevereiro de 1998 regulamenta o Art. 80 citado anteriormente, cujas atribuições do seu parágrafo único são cursos ministrados sob a forma de educação à distância que serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente (BRASIL, 1998).

Para Pereira (2013, p. 18),

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos. Em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução de um número significativo de universidades públicas e/ou de unidade de ensino a “instituição de ensino de graduação” através da quebra da dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Em relação ao financiamento da políticas e o aumento tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior como do número de IES privadas, Em relação ao trabalho docente, evidencia-se a sua intensificação, estimulada pelo número de alunos e turmas nas “instituições e/ou unidade de ensino” e pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento nas IES e/ou unidades com política de pós-graduação e pesquisa já consolidada.

Nesse sentido, pontuamos alguns avanços das duas últimas décadas e percebemos semelhanças dos governos em fortalecimento do modelo neoliberal, em que algumas pretensões para esse modelo e a proliferação do capitalismo enraizado em diversas áreas de maior lucratividade. É nesse sentido que a educação sai do ângulo de um direito social e dever do Estado como rege a CF/88 e ganha novos horizontes para fortalecer o desenvolvimento do capitalismo, embora compreendemos a importância de inclusão que os avanços em leis, decreto e medidas provisórias do século XX ofereceram para o cidadão brasileiro.

Contudo, salienta-se que nos interesses do capital existem falhas em cumprimento de algumas políticas de direito sociais e fortes interesses em ações de mercantilização do ensino superior. Todavia, por consequência da expansão do ensino superior o ano de 2009 foi marcado pela inovação do ENEM que deixou de ser apenas um exame para avaliar a

competência dos alunos que saíssem do ensino médio, e passou a selecionar estudantes a terem acesso ao ensino superior.

Segundo as informações extraídas do site do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ENEM foi criado em 1998 com objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da educação básica, buscando contribuir para melhoria de qualidade desse nível de escolaridade. No ano de 2009, o ENEM passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, nesse mesmo ano utilizou-se do mecanismo de inovações através da Teoria de Resposta ao Item, constituição de Matrizes de referência em quatro áreas do conhecimento e Atendimento Especializado aos Participantes.

Em 2012, o ENEM começou a ser utilizado na certificação de conclusão do ensino médio ou declaração de proficiência. O Sistema de Seleção Unificado (SISU) foi instituído com base nos resultados obtidos pelos estudantes no ENEM, disponibilizando ao participante atendimento específico ou diferenciado.

Em 2014 foi assegurado o atendimento pelo Nome Social aos participantes que adotarem a preferência, de modo que podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio. O ENEM se tornou a principal porta de acesso para o ensino superior e educação tecnológica, fortalecendo as políticas de democratização da educação no Brasil, as oportunidades de acesso nos programas oferecidos pelo o Governo Federal tais como: SISUTEC, PROUNI, SISU, FIES, CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS.

Com a finalidade de compreender a atual situação da adesão do REUNI na UFBA faz-se necessário um breve histórico, apontando os principais momentos e discussões ocorridas na aprovação da implantação do REUNI.

2.3 BREVE CONSIDERAÇÃO DA ADESÃO DA UFBA AO REUNI

O primeiro passo do REUNI, na UFBA, foi o sistema de uma nova política de ação afirmativa que visava um conjunto de reserva de vagas para maior inclusão de alunos pretos, pardos e indígenas, bem como alunos que cursaram os três anos do ensino médio ou mais de um ano do ensino fundamental em escolas públicas.

As discussões ao redor das universidades públicas sobre o sistema de cotas raciais

teve início no ano 2000, sendo que a primeira universidade a aderir ao novo sistema foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 2003, posteriormente, a UFBA aderiu às novas propostas em 2004 pela Resolução nº. 01 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE)²⁰, e entrou em vigor no vestibular de 2005. Conforme a proposta vinda do Projeto de Lei 3627/2004, que institui sistema especial de reservas de vagas para estudantes egressos de escolas públicas em especial, pretos, pardos e indígenas nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências.

Para tanto, conforme Jocélio Teles dos Santos²¹ respaldado na determinação da PL 3627/2004 vigente ao sistema de cotas da UFBA, ficou estabelecido o percentual de 45% das vagas para todos os cursos e tem um diferencial em relação à cor do estudante. Dessa reserva são assim distribuídos: 85% destinam-se ao autodeclarem pretos e pardos e 15% a não negros (brancos e amarelos), um percentual 2% foi destinado aos índios-descendentes e uma reserva de duas vagas, em cada curso, foi destinada aos índios aldeados e estudantes vindos de comunidades quilombolas.

A UFBA tinha um número limitado de estudantes que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas nos cursos considerados de alta concorrência, segundo informações do Memorial da Universidade Nova (2002-2010). Desse modo, a UFBA desenvolve uma ação afirmativa com medidas que visam aumentar o número dessa população na universidade,

A instituição do sistema de ações afirmativas em 2005 nos permite demonstrar que a reserva de vagas significou aumento substancial dos estudantes oriundos da escola pública e que se autotransformaram como pretos e pardos. O total de pretos e pardos selecionados (73%) na Universidade em 2005 aproxima-se do percentual da população do Estado da Bahia e foi alcançado o percentual geral de 53% para estudantes oriundos da escola pública (brancos, pretos e pardos) em todos os cursos (MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE NOVA UFBA 2002-2010, p. 134).

O que é considerado um grande avanço para o acesso de um novo perfil de estudantes na UFBA, sobretudo em cursos considerados de alta concorrência. Depois de oito anos da criação da PL 3627/2004, foi sancionada a Lei nº. 12.711/2012 que reforça o sistema de reservas de vagas.

De acordo com a Lei n. 12.711,

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de

²⁰Disponível em: <<https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/.2004.pdf>>. Acesso em: 20/02/17

²¹Professor do Depto.de Antropologia-UFBA, Diretor de Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO/UFBA. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/pesquisadores/jocelio-teles-dos-santos/>. Acesso em 30.01.2017.

graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,2 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (BRASIL, 2012, p. 01).

A Lei reforça em seu Art. 3º que o público alvo para a política de cotas são as pessoas que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas, para além dessas, existem outras ações afirmativas que visam minimizar a evasão no ensino superior. A partir deste novo perfil surge na UFBA o Programa Permanecer com o objetivo é possibilitar um suporte financeiro para garantir a permanência desses estudantes durante a formação acadêmica.

O sistema de cotas é compreendido como um processo de reparação social, pois entendemos que o mesmo possibilitou o ingresso dos indivíduos pretos, pardos e indígenas que durante muito tempo foram excluídos do acesso à educação superior. Conforme discussões do capítulo 1 deste trabalho não querem afirmar que a política de cotas da UFBA conseguiu acolher toda a população negra de Salvador-BA, mas é necessário reconhecer que a proposta foi de grande relevância para garantir o ingresso dessa população na universidade.

Conforme Rodrigues (2011), o REUNI é responsável pela a criação dos Bacharelados Interdisciplinares na UFBA, que por sua vez é dividido em quatro áreas de conhecimento: Artes, Ciência e Tecnologia, Humanidades e Saúde com o propósito de tornar os currículos mais flexíveis sobre o curso de formação geral, podendo servir de requisito para as futuras graduações.

A UFBA possuía uma grande necessidade de expansão de modo geral, todavia, em 2004 a referida instituição tinha 58 (cinquenta e oito) cursos, 8.113 inscritos e 3.916 vagas²². O que era considerado ainda insuficiente, desse modo, aderir ao programa seria uma alternativa para ampliação da UFBA e uma possibilidade de aumentar o acesso ao ensino superior.

Desse modo, os interesses da UFBA estavam em consonância com o objetivo do REUNI que é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos [...] (BRASIL, 2007). O quadro 2 demonstra a evolução/ampliação do acesso na UFBA.

²²Informações extraídas da Evolução dos Números da UFBA em 2003. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/HOME-Evolucao_dos_Numeros_da_UFBA_2003-2014.pdf. Acesso em: 14/02/2017.

QUADRO 2 - A evolução da UFBA em números de 2006 a 2015

ANO *	CANDIDATOS INSCRITOS	DISCENTES MATRICULADOS	NÚMERO DE CURSOS
2006	40.299	19.945	60
2007	37.723	20.798	56
2008	32.007	20.731	57
2009	40.693	23.124	66
2010	50.905	25.111	94
2011	43.435	26.958	94
2012	39.920	32.484	94
2013	38.530	29.983	94
2014**	149.240	32.449	94
2015	150.730	32.188***	94

FONTE: Elaborada pela autora, dados extraído do UFBA em Números. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/estatisticas/ufba-em-numeros> acesso em: 23/02/2017.

* apurações referente ao ano anterior de 2005. ** 2014 as inscrições já estão vinculado ao SISU, pois os dados se referem ao ano de 2013. *** Número de estudante pela media simples do sistema.

O quadro acima revela que houve um considerável aumento no número de inscritos, de alunos matriculados e de cursos ofertados. Ainda segundo as propostas de metas do REUNI/UFBA, tivemos uma ampliação na estrutura física da UFBA de aproximadamente 59 (cinquenta e nove) novas edificações e intervenções físico-ambientais, com investimento de R\$187 milhões dos quais R\$86 milhões do REUNI e R\$20 milhões de emendas parlamentares (UFBA EM PAUTA, 2007).

É importante salientar que as negociações para o ingresso às novas propostas do Decreto nº. 6.096/2007 não se deu de forma harmônica para algumas instituições federais, sobretudo a UFBA, onde houve algumas ocupações na reitoria através de um grupo de estudantes que defendia a expansão na universidade pública com qualidade e não estava de acordo com as propostas vinda pelo REUNI.

Apesar do cenário de manifestações contra a implantação do REUNI na UFBA, o

Conselho Universitário da UFBA (CONSUNI)²³ foi favorável à adesão ao REUNI (28 votos a favor e 5 contra), o que possibilitou a abertura a novos cursos e mais acesso ao ensino superior.

Em suma, reconhecemos os avanços da UFBA nos últimos anos pela criação de ações afirmativas como o sistema de cotas e reestruturação da expansão, tendo como objetivo central aumentar o acesso de vagas para o ensino superior público, para, além disso, houve uma renovação nos currículos como a criação do BI, aumento de cursos e turmas noturnas. Entretanto, acreditamos que o acesso é apenas uma parte da garantia do direito à educação superior, outro elemento de extrema importância neste processo é a garantia da permanência dos estudantes na universidade, e este é o ponto central da nossa pesquisa que será abordado no capítulo seguinte.

²³Conselho Universitário é o Órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br/>. Acesso em: 24/02/17.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Para que possamos compreender como se deu a Política de Assistência Estudantil da UFBA, consideramos necessário trazer neste trabalho um breve histórico do surgimento da política de assistência estudantil no Brasil.

Conforme Vasconcelos (2010), na década de 1980 surgem duas grandes frentes políticas de discussões sobre as questões educacionais: o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Ambas participam ativamente da defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém.

Através de fortes pressões vindas dos órgãos citados acima e de movimentos estudantis, em 2007, foi promulgado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e em 2010 o governo federal através do Decreto nº. 7.234 de 19 de julho cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública e federal (BRASIL, 2010).

O PNAES oferece assistência no que se refere aos serviços de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, de modo que as ações são executadas pelas próprias instituições de ensino que devem acompanhar e avaliar o desempenho do programa (BRASIL, 2010).

3.1. AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PROAE

O primeiro órgão de Assistência Estudantil criado na UFBA foi o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), em 1951, possuía a responsabilidade de gerenciar os serviços médicos, alojamento, alimentação e bolsa de estudo. Sendo substituído em 1965 pelo Departamento Social de Vida Universitária (DSVU), no período entre 1971 e 1975 foi criado a Superintendência Estudantil (SET), sobre a gestão do Reitor Lafayette Pondé. O DAE também estava responsável em administrar as três Residências Universitárias, o Restaurante Universitário (RU) – que foi inaugurado em 1981 no bairro de Ondina e a creche da UFBA, inaugurada em 1983.

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil²⁴ foi criada em 2006, com o principal objetivo de garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de risco social e realizar o enfrentamento à perpetuação das desigualdades sociais e à discriminação de grupos historicamente excluídos dos espaços legitimados de poder, a saber, as mulheres, negros (as), indígenas, comunidade LGBT²⁵, pessoas com necessidades especiais, ciganos (as), dentre outros grupos (PROAE, 2006).

Em 2009 ocorreu uma mudança na nomenclatura da PROAE que passou a ser Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA com o intuito de atender de forma mais ampla aos objetivos propostos pelo o Art. 2º do Decreto nº. 7.234/2010.

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p. 01).

Nesse sentido, a missão da PROAE consiste em:

a) assegurar a permanência bem sucedida de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por entender que estes (as) têm maior probabilidade de adiar ou mesmo interromper sua trajetória acadêmica devido a condições adversas que interferem concretamente na sua presença no contexto universitário; b) contribuir, através de ações afirmativas concretas, para a construção de uma universidade mais democrática em que as diferenças individuais e socioculturais não resultem em desigualdade de oportunidades (PROAE, 2017, p. 01).

Para além dessa missão, a PROAE possui a responsabilidade de cumprimento das ações de assistência estudantil recomendadas pelo PNAES, que por meio delas são desenvolvidas ações relativas à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à atenção à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche, ao apoio pedagógico e ao acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

De acordo com o site da PROAE (2017) as ações desenvolvidas são o cadastro geral, o Serviço de Residência Universitária, a bolsa de apoio a pessoas com necessidades educativas especiais, o auxílio moradia, o auxílio creche, o serviço creche, o serviço alimentação, o auxílio transporte, o Programa Permanecer, o Programa Bolsa Permanência

²⁴Definição encontrada no site da UFBA. Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/conheca-proae>. Acesso em: 17/03/2017.

²⁵LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

(PBP), o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), o Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educativas Especiais e o auxílio acolhimento.

O **Cadastro Geral** é o cadastro de estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com o Decreto nº. 7.234/2010 caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados (BRASIL, 2010).

O **Serviço de Residência Universitária** é uma modalidade de acesso à moradia em que a UFBA, através de aparato próprio ou subcontratado, gerencia espaço onde são assegurados, além da moradia, área comuns para estudos e convivência, durante o tempo médio do curso.

A **Bolsa de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais** é o Subsídio pecuniário mensal no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), destinado a dar suporte à qualificação e manutenção do vínculo com a Universidade dos estudantes de graduação que apresentem deficiência física, intelectual ou sensorial (auditiva ou visual), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O **Auxílio Moradia** é subsídio pecuniário, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, destinado ao suporte para custear parte das despesas com moradia até a conclusão da primeira graduação, que deverá ocorrer no tempo médio do curso. Os estudantes contemplados com Auxílio Moradia terão garantidas duas refeições diárias (almoço e jantar) no RU, durante o semestre letivo, mais o auxílio café da manhã no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) no mesmo período.

O **Auxílio Creche** é a contribuição pecuniária no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) por filho, destinado a contribuir para custeio de parte das despesas com o cuidado e assistência aos filhos de 04 meses até 3 anos e 11 meses. O Serviço Creche é modalidade de cuidado e assistência em educação infantil para os filhos de estudantes de graduação e pós-graduação e servidores (técnico-administrativos e docentes) da UFBA.

O **Serviço Alimentação** é a modalidade de suporte ao direito à alimentação em que a Universidade, através de aparato próprio ou sob contrato, gerencia a garantia duas refeições diárias (almoço e/ou jantar) no Restaurante Universitário, conforme carga horária de atividades acadêmicas regulares.

O **Auxílio Transporte** é o subsídio pecuniário mensal referente ao valor de três meias passagens, de ônibus urbano de Salvador, para seis dias semanais, de acordo com o

valor vigente no ano, destinado a contribuir para parte do custeio das despesas de deslocamento do estudante para atividades acadêmicas regulares.

O **Programa Permanecer** é um programa que está destinado à produção acadêmica de pesquisa, extensão e ensino para estudantes que estão cadastrados na PROAE e não possui vínculo empregatício. O mesmo funciona através de inscrição de um projeto por docente ou funcionários, que a partir de sua aprovação tem um número determinado de bolsas que são oferecidas aos estudantes para serem bolsista do programa e junto com o docente desenvolver no prazo de um ano suas atividades conforme o projeto, para cada estudante bolsista é disponibilizado um bolsa de R\$400,00 (quatrocentos reais) mensais, o objetivo é assegurar a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

O **Programa Bolsa Permanência** é uma ação do governo Federal que oferece uma bolsa de R\$400,00 (quatrocentos reais) mensais para estudante de instituição Federal em vulnerabilidade socioeconômica, matriculados no curso com carga horária de 5 horas diárias, e para estudantes indígenas e quilombolas.

O **Programa de Estudante Convênio de Graduação** oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais (Ásia, África, América Latina e Caribe). O Programa é desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades federais, estaduais e particulares.

O **Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educativas Especiais** é um setor da CPAE/PROAE responsável pela implementação de políticas de acessibilidade à educação superior de pessoas com Necessidades Especiais, prioritariamente aquelas com deficiência, em conformidade com as ações das Secretarias de Educação Especial e de Educação Superior do Ministério da Educação e pelo Decreto n. 7.234 de 2010.

O **Auxílio Acolhimento** iniciou-se em 2014, direcionado para estudantes que ingressaram através das cotas ou moradores de comunidade remanescentes dos quilombos. Além das ações acima, a PROAE ainda dispõe do auxílio para aquisição de material didático, auxílio saúde, fotocópia, apoio para participação de eventos acadêmicos e culturais apoio à organização de eventos.

A PROAE atendeu em 2015 cerca de 6.619 (seis mil seiscentos e dezenove) assistidos. Em relação a 2014, os números de contemplados com bolsas da PROAE teve um aumento de 4.495 (quatro mil quatrocentos e noventa e cinco), ou seja, houve cerca de

72,7% de acréscimo dos/as assistidos/as da PROAE. Para tanto, iremos trazer um demonstrativo da quantidade de assistidos por serviço para o ano de 2015 conforme ilustra o quadro a seguir.

QUADRO 3 - Números de Assistidos da PROAE em 2015

ÁREA		ALUNOS ASSISTIDOS (1)	NÚMERO DE BENEFÍCIOS (2)
SERVIÇO RESIDÊNCIA		388	*****
SERVIÇO ALIMENTAÇÃO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA		470	5.640
SERVIÇO CRECHE		93	*****
ALUNO ASSISTIDO PELO NAPE		12	*****
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO (3)		*****	303.112
BOLSAS	ESPORTE	219	1.416
	PERMANECER	1.282	6.068
	PROGRAMA BOLSA PERMANECER/MEC (3)	639	7.668
	PROJETOS ESPECIAIS	219	1.731
	MONITORIA	11	132
AUXÍLIOS	MORADIA	1.113	13.356
	OUTROS AUXÍLIOS	2.373	15.538
Total		6.619	486,529

Fonte: UFBA em Números, Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. NAPE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais. (1) Calculado com base no número de CPF de quem, em 2015, teve acesso aos benefícios.. (2) Benefícios pagos, calculados com base no número de pagamentos de bolsas/auxílios, feitos aos estudantes (CPF), em 2015. (3) Número de refeições distribuídas aos estudantes que têm gratuidade - almoço e/ou janta - (Serviço de Residência, Serviço de Alimentação e Auxílio Moradia). (4) Recurso pago diretamente pelo MEC aos discentes. Disponível em: https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/ufba_em_numeros.pdf.

Segundo as informações da UFBA em Números de 2015, para este ano foram matriculados 38.494 (trinta e oito mil quatrocentos e noventa e quatro) alunos por semestre, sendo 33.177 (trinta e três mil cento e setenta e sete) para os cursos de graduação. Considerando estes números, refletimos que o número de assistido pela PROAE no ano de 2015 foi bem inferior ao total dos alunos, apenas 6.180 (seis mil cento e oitenta) assistidos.

Vale ressaltar que há uma discrepância entre o número de alunos inscritos nos editais para pleitear o acesso aos serviços ofertados e o número de vagas ofertadas para cada serviço, como iremos vislumbrar o quadro seguinte.

QUADRO 4 - NÚMEROS DE CANDIDATOS INSCRITOS E VAGAS OFERECIDAS EM 2015

MODALIDADE	CANDIDATOS INSCRITOS		VAGAS OFERECIDAS	
	DIURNO	NORTUNO	DIURNO	NORTUNO
SALVADOR	101.252	49.478	4.801	2.370
PROGRESSO LINEAR	96.913	30.805	4.401	1.375
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR	4.339	16.146	400	900
SUPERIORES DE TECNOLOGIA	*****	2.527	*****	95
Total	202.504	98.956	409.202	998.745

Fonte: UFBA em números 2015 os dados obtidos foram retirado em 07.05.15 para estudantes matriculados em 13.05.15 e estudantes concluintes. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/UFBA%20em%20N%C3%BAmeros%202015.pdf>.

Em síntese, para requerer os benefícios oferecidos pela PROAE é necessário cumprir alguns requisitos como: está regularmente matriculado em algum dos cursos de graduação oferecidos pela UFBA, está cursando a primeira graduação; pertencer ao grupo familiar que tenha renda per capita de 1 e 1/2 salário mínimo por pessoa, não ter pais ou responsável que residam em Salvador (item destinado para os/as pretendentes a auxílio residência).

No item seguinte nos debruçamos sobre as informações adquiridas nas entrevistas realizadas com seis os discentes do curso de Serviço Social da UFBA, sendo três assistidos da PROAE e três não assistidos.

3. 2 A PERMANÊNCIA DAS/OS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Com o objetivo de analisar a expansão do ensino superior via REUNI e verificar

como se dá a permanência das/os discentes do curso de Serviço Social da UFBA, foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: um questionário com o intuito de traçar o perfil das/os discentes e um roteiro de entrevista, ambos aplicados com seis discentes.

A identificação das discentes será por ordem alfabética, sendo identificadas como entrevistadas A, B e C assistidas da PROAE e entrevistadas D, E e F não assistidas.

3.2.1 O perfil das entrevistadas

Para desenvolvimento deste eixo em questão tomamos como base o uso de um questionário com perguntas abertas e fechadas, cujo objetivo é traçar o perfil das estudantes entrevistadas no semestre 2016.2 (como já se sabe que as entrevistadas foram mulheres trataremos o decorrer da discussão com o termo feminino e por reconhecermos que a maioria das estudantes são, também, mulheres). Pois, compreende-se a importância em investigar qual a condição socioeconômica das descendentes do curso de Serviço Social da UFBA, para uma melhor avaliação do perfil das estudantes, através da compreensão das características da amostra pesquisada, como define Gil (2008),

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa (GIL, 2008, p. 121).

O perfil das entrevistadas revela que todas se enquadram na faixa etária de idade entre 21 a 25 anos, e no que concerne ao estado civil todas revelam serem solteiras. Majoritariamente o curso de Serviço Social é composto por mulheres e homens pretos, conforme autodeclaração realizada neste questionário, onde cinco declararam ser pretas e uma declarou ser amarela. A classificação utilizada como base para o item raça/cor neste questionário foi extraído do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que iremos nos referir em utilizar as classificações de (preto, pardo, branco, amarelo e outros).

Aparece no questionário uma autodeclaração da cor amarela e por se tratar de autoconhecimento, consideramos o seu posicionamento, mesmo a entrevistada não tendo certeza da sua origem no que diz respeito ao quisto raça/cor. Posto isso, a definição de amarelo foi atribuída no ano de 1940, para classificação por conta das imigrações japonesas acontecidas basicamente de 1908 a 1929 (PRETRUCCELLI; SOBOIA, 2013). Há uma possibilidade que a entrevistada se autodeclare amarela por perceber a tonalidade de sua

pele, o que para Camargo (2010, p. 254) “há uma mudança radical de perspectiva, pois o que se valoriza não são mais os tipos raciais originários, mas a “ cor”, isto é, as tonalidades da pele, sem a antiga referencia a continuidade sanguínea.

Quanto à orientação sexual todas se autodeclararam heterossexuais, no item que se refere ao gênero todas declararam se reconhecerem do gênero feminino, o que reflete a predominância de mulheres no curso de Serviço Social, que atualmente conta com 280 (duzentos e oitenta) discentes matriculados no semestre de 2016.2, sendo que sua grande maioria de mulheres.

O que dá visibilidade a inserção das mulheres no espaço da educação, reforçando o avanço dessas mulheres que contribui para o desenvolvimento do Brasil, entretanto, no princípio que a educação foi trazida por Portugal foram deixadas de fora, conforme relatos de Aranha (1996), Brandão e Marins (2007, p. 198) ao destacar que:

[...] desde seus primórdios, a educação formal no Brasil se desenvolveu no âmbito de uma clara clivagem de gênero, na qual as mulheres ocupavam as posições mais desprivilegiadas. Isto se refletia em uma configuração onde as mulheres alcançavam taxas ínfimas de alfabetização em relação aos homens e dificilmente chegaram ao ensino superior.

No que diz respeito à orientação religiosa uma declarou ser católica, uma protestante, duas evangélicas e duas sem religião. O termo religião, segundo Silva (2004) tem sua origem da palavra latina *religio*, de modo que seus primeiros indicadores estavam relacionados a regras, observâncias, advertências e interdições. Ainda de acordo com a autora, o termo “religião” foi construído histórica e culturalmente no Ocidente adquirindo um sentido ligado à tradição cristã, que por sua vez passou a se questiona-lo, saindo da esfera do singular para o plural, pelo qual não será definida apenas pelo cristianismo, mas uma série de manifestações e práticas religiosas também deveria ser considerada religião (PETERS, 2015).

Como é visto nas declarações das entrevistadas, há uma existência na diversidade de religião e até mesmo ausência de crença religiosa. O que é muito característico da nossa sociedade brasileira que se posiciona enquanto Estado Laico e nos permite observar uma grande diversidade religiosa entre os povos.

No quesito renda mensal, três declaram possuir entre 1 a 2 salários mínimos e as outras três declaram receber entre 2 a 3 salários mínimos, o máximo de salários informados

pelas entrevistadas foi de três salários mínimo. Para tanto, compreendemos que todas as entrevistadas se encaixam no perfil de baixa renda, dentro do que se define por baixa renda²⁶ à pessoa integrante de um grupo familiar que cuja renda per capita corresponde a um quarto de salário mínimo.

O aspecto que se destaca é que todas as entrevistadas deixaram visível que a renda mensal é insuficiente, por todas terem declarado estarem fora do mercado de trabalho formal, apenas uma informou está trabalhando como vendedora autônoma para suprir os gastos gerados durante a vida acadêmica. Contudo, as entrevistadas revelam ter recorrido aos programas de assistência estudantil para que fosse possível minimizar as dificuldades financeiras que vão surgindo no decorrer da jornada acadêmica.

No que diz respeito à vida acadêmica, no que corresponde ao período semestral, as discentes já cursaram mais da metade do curso e encontra-se entre o 5º e 8º semestre. Já no que diz respeito à forma de ingresso das estudantes na UFBA, tivemos quatro ingresso por vestibular tradicional e duas através do ENEM/SISU. Quando questionadas acerca da quantidade de tentativas de acesso ao ensino superior, quatro declararam ter sido a primeira tentativa e duas informaram que tentaram outras vezes, sendo que uma dessas acrescentou que tentou vestibular pela primeira vez para o curso de Direito e a outra relatou que teve cinco tentativas dentre elas o curso de Direito, História, Administração. Todas as entrevistadas declararam não possuir outro curso superior.

Contudo, é possível destacar e reforçar que estamos falando de um espaço majoritariamente feminino, no contexto socialmente econômico de estudantes que são da classe trabalhadora, são mulheres pretas, oriundas dos bairros periféricos da cidade de Salvador-Ba estudando em uma Universidade que apesar de ser Pública tem o seu custo alto para se manter nesse espaço, historicamente ocupado pela classe média-alta de jovens brancos, o que lhes permite gozar e transitar por todos os espaços da universitário sem muitas dificuldades.

O que por sua vez é diferente para essas estudantes do Curso de Serviço Social, em questão, que precisam recorrer aos auxílios da Assistência Estudantil para que seja possível se manter minimamente dentro desse contexto universitário, e de outros mecanismos de subsistência, como vendas alternativas para complementação de renda, como por exemplo, brigadeiro, geladinho, bijuteria, salgados, etc. Pois todas têm o mesmo objetivo final,

²⁶ Definição extraída do: BRASIL, 2011 na Lei Orgânica de Assistência Social, artigo 20 § 3º.

concluir o ensino superior e traçar novos rumos em para sua vida profissional.

3.2.2 Os impactos da expansão do ensino superior no curso de Serviço Social da UFBA

As análises que se seguem foram feitas com base no roteiro de entrevista que contemplou a pauta: **Falar sobre os impactos da expansão do curso de Serviço Social na UFBA**, e para tanto, usaremos dos relatos das entrevistadas para fazermos a discussão acerca da temática. As entrevistadas aqui serão identificadas como **A, B, C** (assistidas pela PROAE) e **D, E, F** (não assistidas pela PROAE).

Quando perguntadas sobre os impactos da expansão do ensino superior no curso de Serviço Social e sobre a estrutura física do campus onde está localizado o curso, foram apresentadas respostas semelhantes entre as entrevistadas, escolhemos por citar apenas uma.

Não é satisfatória ainda, mas nesse período de verão aqui em Salvador faz muito calor nas salas, não são refrigeradas, faltam ventiladores, o retroprojetor, na maioria das vezes, não funcionam, os recursos que são oferecidos pra gente são muito poucos, apesar do curso ser um curso que não oferece muito gasto os poucos gasto que ele exigem não são satisfatórios, os horários também das aulas não são satisfatórios às vezes é muito cedo 13 horas para os alunos estarem aqui, a localização também não é tão boa, não vem coletivos Municipais até a porta, a gente sempre precisa do transporte da universidade para estar aqui, às vezes os locais onde as pessoas estagiam é muito longe pra chegar aqui 13 horas é muito difícil. Essas são as dificuldades que eu visualizo em relação à estrutura física do curso. (ENTREVISTADA B, assistida)

A entrevistada B, sintetiza alguns aspectos que apontam uma precariedade nas condições estruturais de funcionamento do curso de Serviço Social, com destaque para a falta de ar condicionado nas salas e a falta de instrumentos didático-pedagógicos. Outra questão apontada pela discente é o horário de funcionamento do curso que tem todas as aulas no turno vespertino (diurno), algo que segundo a entrevistada se agrava com a inserção dos alunos em campos de estágio. Vale ressaltar que tais condições apresentadas são partilhadas pelos demais cursos que funcionam no campus de São Lázaro.

O Campus de São Lázaro teve sua fundação no ano de 1941 e ainda encontra-se em condições que carecem mudanças estruturais urgentes, mais recentemente o campus foi destaque na mídia da UFBA devido à instalação de um ponto de distribuição do Restaurante Universitário, inaugurado no mês de Dezembro de 2016, com isso, o Campus passou a ser mais frequentado entre os horários de almoço e janta (início e final da tarde). Lembrando que esta é uma das demandas históricas do movimento estudantil do Campus de São Lázaro e foi também um conquista dos estudantes do Curso de Serviço Social que se engajou na luta

em busca de melhorias para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH).

A adesão da UFBA ao REUNI se deu motivada pelo objetivo maior do REUNI, a saber, “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 01).

Conforme o Decreto n. 6.096/2007, seria aproveitada a estrutura física já existente no espaço da IFES, como foi o caso do Campus de São Lázaro que já estava em um estado defasado, entretanto, se a proposta do Decreto é oferecer melhor aproveitamento do espaço físico e de recursos humanos, não é o que podemos ver e conviver no Campus de São Lázaro, este que foi ampliado em torno de uma estrutura precarizada.

A partir da criação de um novo curso, vinculado ao Instituto de Psicologia surge devido a possibilidade de incorporação do curso de Serviço Social em um Campus que por um longo período só funcionava no turno matutino, passa a ofertar um curso no turno vespertino, sem as mínimas condições estruturais de segurança e iluminação. Isso ocorre sobre as determinações legislativas, conforme já indicamos neste trabalho, porém é inegável destacar que mesmo diante desse cenário é possível perceber um maior acesso e um novo perfil de estudantes ingressando na UFBA. Já que o REUNI tem como maior objetivo ampliar para atender a essa população que por muito tempo esteve fora do ensino superior.

Como o curso de Serviço Social não foi criado pensando nas possibilidades para melhor atender esse novo perfil de estudantes ingresso na universidade através da Política de Reestruturação do REUNI, não houve espaço adequado para o funcionamento do curso do período matutino como todos os outros cursos ministrados pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, desse modo, o curso de Serviço Social foi transferido para o período vespertino, o que por sua vez, apresenta grandes dificuldades para as estudantes, desde o quesito locomoção à segurança até as condições físicas do Campus, estruturais que inviabiliza a possibilidade das estudantes ingressarem no mercado de trabalho e conciliar estudos e trabalho, em um curso ministrado a partir das 13 horas com aulas até às 18 horas, uma estratégia difícil. Porém praticável pelas estudantes, o que tem impacto direto no seu processo de formação, no entanto, não há como tecer críticas a esse fato dado que a subsistência é um princípio primeiro da vida.

Para, além disso, é importante salientar que a legislação determina um teto de 20% sobre o acréscimo das despesas de custeio definido no paragrafo primeiro da referida lei,

mediante os estudos sobre a “Autonomia e financiamento das IFES” segundo o texto de Amaral (2008), afirma que a indefinição acerca das regras de financiamentos dessas instituições ocorre desde a primeira criação da IFES em 1920 com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro, para o autor não houve a vinculação de patrimônio, nem a constituição de fundos que garantissem a continuidade de recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento das instituições.

Todavia, o Art. 4º traz que o plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no Art. 1º. que para Léda e Mancebo (2009) não é possível defender a legislação e os discurso de autonomia, reestruturação e expansão das IFES, sem recursos orçamentários suficientes, sendo que o REUNI também contribui para limitar a autonomia das instituições federais.

Outro elemento analisado com relação aos impactos da expansão foi a quantidade de docentes no curso de Serviço social, foram identificadas nas respostas das entrevistadas, em sua maioria, que diz respeito a um número insuficiente de docentes na referida instituição e uma demora na contratação de docentes temporários o que dificulta o aprendizado. Conforme reforça a entrevistada E,

A quantidade de professores quando eu adentrei no curso era o mínimo possível, era terrível porque nosso curso, a gente não tinha o tripé, a gente só tinha o ensino, a pesquisa e a extensão não existiam já que os professores viviam sobrecarregados e isso até afetava a saúde dessas professoras, hoje eu vejo que aumentou a quantidade de professoras, tanto que agora nós temos pesquisa, ainda há pouca extensão, a pesquisa, também, acredito que não é o número suficiente, acho que podem contratar mais professores (ENTREVISTADA E, não assistida).

O relato acima demonstra que o curso de Serviço Social iniciou suas atividades com um quadro resumido de quatro docentes, um processo com bastante desgaste para as professoras darem conta da quantidade de alunas/os em sala de aula, bem como, a oferta de outras atividades como pesquisa e extensão, o que só foi possível a partir do ano 2013, mediante a chegada de um número significativo de professoras efetivas.

Como é possível perceber, o que está sendo predominante neste aspecto é a existência de uma precarização do trabalho docente visto que esse processo também é reflexo do sistema capitalista e seus desenvolvimentos. Druck (2011) afirma que a

precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação, porque esse espaço se tornou importante lugar para a expansão do capitalismo, para operar inversões na busca do lucro através da produção do conhecimento e da formação de mão de obra especializada a partir dos critérios do mercado (PEREIRA, 2013).

Contudo, a precarização do trabalho docente gera vários desconfortos para as/os professoras dos diversos cursos oferecidos pela UFBA, em uma pesquisa realizada por Lemos (2011, p. 109) na UFBA, os professores entrevistados relataram ser praticamente impossível atender a todas as demandas do papel de docente sendo necessário usar o tempo de lazer, o que resulta em desgaste físico e psíquico e adoecimento.

[...] devido à condição inadequada das salas de aula e dos móveis, ao risco de violência pessoal e à natureza em si do processo de trabalho (pressão, sobrecarga), dentre outros fatores, os professores trouxeram queixas relativas a cansaço mental (44,6%), dor nas pernas (36,1%), rinite (28,1%), rouquidão (25,9%) e esquecimento (25%). Entre as doenças mais frequentes registradas registram-se: varizes nas pernas (25,3% nas mulheres e 11,3% nos homens) e hipertensão arterial (17,1% nas mulheres e 19,7% nos homens) (WERNICK, 2000, *apud* LEMOS, 2011, p. 109).

Além da sobrecarga de trabalho submetida para o corpo docente, conforme Lemos (2011), compromete a saúde e existe uma fragilidade trazida pela entrevistada E em cumprimento do tripé da educação superior, já que as/os professoras não tem tempo para dar conta da dinâmica que estão submetidos, o que é uma perda nesse aspecto. Para se ter um compromisso com a qualidade no tripé da educação superior, já que as/os docentes não estão gozando de condições minimamente adequadas para seu trabalho.

A inserção de docentes efetivas para o curso de Serviço Social se deu de forma gradual²⁷. Em 2009, o curso começa suas atividades com apenas três professoras, e até o ano de 2012 o curso funcionou com apenas seis docentes. Em 2013 ingressaram seis docentes no curso e foi um ano de muitas lutas e reivindicações por parte dos discentes pela ampliação do quantitativo de docentes, o que desencadeou num processo de revisão das vagas do REUNI pela Pró-Reitoria de Graduação e foi identificada uma distorção do quantitativo de docentes previsto pelo REUNI e o curso recebeu mais algumas vagas para realização de concurso. Atualmente, o curso conta com um total de 19 (dezenove) docentes efetivas, sendo 12 (doze) doutoras, cinco em doutoramento e duas mestras.

No que se refere à contratação de docentes substitutos as entrevistadas sinalizaram

²⁷Informações repassadas pela coordenação do colegiado do curso de Serviço Social da UFBA.

que existe, por parte da UFBA, uma demora na contratação destes docentes, o que dificultada muito o aprendizado dos alunos. Outro elemento apontado pelas entrevistadas foi à avaliação da didática das/os professoras substitutas. As entrevistadas D e E demonstraram insatisfeitas, no entanto, as entrevistadas A e F relataram a importância do aprendizado com as/os professoras substitutas, conforme reforçam as falas seguintes.

[...] você começa o semestre, depois de umas duas semanas a gente ainda continuar sem, sendo que o professor seja contratado de fato, ou não quando acontece greve, como já aconteceu em turma que eu estava; de o contato do professor acabar e ter que entrar outro professor no meio do semestre então são coisas que por mas que o professor tenha didática e consiga passar a disciplina isso acabar confundindo os alunos porque muda né cada professor tem seu ritmo então se sair um interrompe aquele período entra outro com a mesma disciplina e com a mesma ementa às vezes confunde a cabeça da gente. (ENTREVISTADA B, assistida).

Nesse sentido, aponta-se que há uma fragilidade na contratação dos docentes substitutos que se reflete na demora da contratação, e em períodos de greve esta fragilidade pode se agravar, uma vez que, pode ocorrer interrupções de contratos de docentes substitutos antes do final do semestre.

E, ainda, sobre a avaliação dos professores substitutos aparece tanto o entendimento de aspecto da fragilidade teórica e/ou didática de alguns docentes substitutos, o que afeta diretamente a aprendizagem dos alunos, quanto a defesa de que docentes substitutos conduzem bem a didática em sala de aula. Para ilustrar esta divergência trazemos os depoimentos a seguir.

Tive muitas disciplinas com professores (as) substitutos, alguns não tinham uma didática satisfatória como em FHTM I que acabou comprometendo o rigoroso desempenho nas matérias subsequentes como FHTM II e III. Porém alguns (as) professores (as) que passaram pelo curso realizaram trabalho muito bom e a não permanência é lamentável, uma perda para o curso [...] (ENTREVISTADA D, não assistida)

Um das disciplinas que eu cursei com a professora substituta, com uma professora que tinha uma didática muito boa e trabalhava com a gente com as próprias oficinas ela leva profissionais para dentro da sala de aula e fazia com que agente conhecesse os diversos campos como aquilo era dado, assim como nos campos de estágios os estagiários vinha trazia um pouco da realidade e nas perspectivas dos profissionais que vinha também trazer aquilo pra gente. (ENTREVISTADA F, não assistida).

A contratação de professoras substitutas é inevitável em qualquer curso de graduação e ocorre motivado por questões diversas, a saber, o afastamento de docentes efetivos para qualificação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), o afastamento de docentes efetivos para licença maternidade ou por motivo de saúde e por afastamento por cooperação técnica. Destaque-se a importância de processos seletivos para docentes substitutos mais rigorosos que possam garantir, minimamente, que os docentes temporários não fragilizem a formação

profissional e que seja realizada a contratação dos docentes substitutos no início de cada semestre para não prejudicar o processo de aprendizagem dos discentes.

Vale ressaltar que boa parte dos docentes substitutos contratado está dentro da lógica de trabalhar em mais de um espaço de trabalho, o que reforça o que foi apontado por Guerra (2010) que existe um aumento acelerado das/os profissionais do Serviço Social que é consequência de uma expansão do ensino superior das duas últimas décadas através de leis, decretos e medidas provisórias, advinda de uma estratégia de manutenção do capital em crise. O que acaba afetando o exercício profissional do Serviço Social, em que várias profissionais estão sujeitas a trabalharem em mais de um vínculo de trabalho, em jornadas de trabalho podendo-se estender até mais de dez horas por dias.

Ainda referente os impactos da expansão do ensino superior no curso de Serviço Social foi questionado sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão. Com relação ao acesso à pesquisa de iniciação científica oferecido pela referida instituição, identificamos que duas entrevistadas não faziam parte de nem um tipo de projeto de pesquisa e cinco que estavam inseridas em projetos de pesquisa.

A entrevistada D aponta que há os discentes que se inserem em pesquisas permanecem por muito tempo como bolsistas e isso dificulta a inserção de outros alunos em pesquisas.

[...] Os bolsistas de pesquisas são selecionados pelos próprios professores o que acaba permitindo o favoritismo e os alunos escolhidos pelos professores ocupam a vaga na pesquisa como “cargo vitalício”, todos os semestres eles estão lá, os mesmos alunos com as suas bolsas, enquanto outros (como eu) nunca terão a experiência do tripé “Ensino, pesquisa e extensão”. (ENTREVISTADA D, não assistida)

Já as entrevistadas participantes de pesquisas apontam a importância da participação para a formação, entretanto avaliam que atividades de pesquisa ainda são limitadas no curso.

Faço parte de pesquisa desde 2014, primeiro PIBIC e depois atualmente PERMANECER e sem dúvida esse acesso foi fundamental para minha formação, agregou conhecimento na minha vida acadêmica. Sem dúvida quem faz o tripé (ensino-pesquisa-extensão) tem um importante avanço, não só no currículo mas na ação profissional, na compreensão da importância da pesquisa dentro da academia. Infelizmente o acesso ainda é bastante restrito, principalmente no nosso curso e na nossa área, as vagas já são limitadas e ainda por ser área de humanas o recurso é menor ainda. Eu quis ingressar na pesquisa justamente pra ter uma formação mais completa. (ENTREVISTADA A, assistida)

De acordo com o relatório de gestão do colegiado do curso de Serviço Social 2016, o

curso de Serviço Social, no ano de 2016 desenvolveu projetos de pesquisas com financiamento pelo CNPq, PIBIC, Permanecer e sem nenhum financiamento, projetos de extensão, iniciação a aprendizagens profissionais e, monitoria e grupos de estudos totalizando 42 (quarenta e dois) alunos/as com bolsas (no valor de R\$ 400,00) vinculados aos projetos das docentes do curso de Serviço Social (COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL, 2017). Vale ressaltar que alguns alunos do curso são bolsistas de projetos de professores de outros cursos da UFBA e de técnico-administrativos da UFBA.

Segundo os dados da PROAE para o ano de 2016 temos um número de 6.068 (seis mil e sessenta e oito) beneficiados com os projetos de pesquisa e extensão, embora tenham um número significativo de beneficiados pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, ainda é insuficiente para alcançar todas/os as estudantes como apontado pela entrevistada D.

O relato trazido pela entrevistada A, no que diz respeito à importância da pesquisa e extensão para a formação acadêmica, nos remete a compreender a existência do cumprimento no tripé da educação superior em concordância ao Art. 207 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a Universidade [...] obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que foi retomado e reforçado na LDB n. 9.394/96 em seu Art. 43:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; [...] VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. [...]. (BRASIL, 1996, p. 26).

Quando questionado as entrevistadas sobre a importância de fazerem parte de pesquisa de iniciação científica ou extensão para contribuição de sua permanência na universidade, as entrevistadas relataram que consideram necessária a universidade oferecer a possibilidade de participação em atividades acadêmicas diversas, a participação nesse tipo de atividade termina contribuindo para a permanência dos estudantes.

Eu entrei no permanecer pelo tema da pesquisa que me interessa muito então é a oportunidade de estudar um assunto que me interessa, mas que também pela questão do subsídio financeiro, como o próprio nome dela já falar "permanecer" ela contribuir para que eu continue permanecendo na universidade, porque os gasto da gente não se resume só em comida e de casa, agente tem outros gasto, precisa se deslocar; às vezes não vem só pra universidade apesar de ter buzúfa né, [...] a gente não andar só dentro da universidade você tem gasto com transporte quando você não come só no RU, você precisa de lanches, então é o que faça com o recurso da pesquisa me alimento compro, meu material de higiene pessoal é pro meu subsidio mesmo. (ENTREVISTADA B, assistida).

Conforme o relato da entrevistada B, compreendemos a importância do programa permanecer na vida das/os discentes que apresenta vulnerabilidade socioeconômica, que além do conhecimento e cumprimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, a bolsa do programa permanecer é utilizada em gastos pessoais para garantia de sua permanência durante o período de sua graduação.

Todavia, o período recomendado pelo programa é de um ano, podendo ser renovado por mais um ano, conforme a necessidade da pesquisa, mas o que não impede que a/o discente consiga ingressar em outra pesquisa quando a pesquisa de origem tenha estendido prazo determinado.

No que tange ao eixo os impactos da expansão interfere no processo de ensino aprendizagem das estudantes, referente ao campo de estágio foram questionadas quanto à matrícula na disciplina e ingresso; todas foram matriculadas na disciplina de estágio, em seguidas quatro foram encaminhadas pela instituição ao campo de estágio, e duas foram indicação de conhecidas/os.

A coordenação de estágio me enviou vários e-mails com seleção e me encaminhou, realizou reuniões com os alunos para encaminhar para o campo de estágio mas eu mesma optei em trancar e não aceitei as opções que foram oferecidas. (ENTREVISTADA B, assistida).

Referente ao campo de estágio no curso de Serviço Social da UFBA, em concordância com a Lei de estágio (Lei n. 11.788/2008), o estágio é entendido como “ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente”. (BRASIL, 2008, p. 01).

Ainda houve um relato referente a insatisfação com um dos campos de estágios sobretudo remunerando, em que foi apontado pela aluna que o campo de estágio possuía característica de irregularidade nas atividades desenvolvida do que orienta a Lei n. 11.788/2008:

Eu entrei no estágio remunerado no 4 semestre, comecei a fazer estágio em uma instituição [...], a experiência foi complicada, o ingresso no estágio se deu por meio de indicação, fui para instituição [...] porque é uma área que eu tenho interesse, pesquisava e até hoje ainda pesquiso sobre a violência contra a mulher, o estágio em si foi uma experiência ruim porque, estagiar no estado é você ser um funcionário, porém com a mão de obra barata, você vê a precarização, enquanto poderia ter mais funcionários profissionais contratados por concursos, não existe. Pois eles colocam estagiários para estar suprindo toda demanda da instituição, muitas vezes tinha que fazer coisas que não era atribuição do serviço social, coisas

absurdas. A alienação era muito grande que a gente não poderia nem questionar as situações que ocorriam absurdas, e por se tratar de uma instituição marcada pela hierarquização era muito difícil ser questionada qualquer coisa, se a Chefa achasse que deveria fazer algo, a assistente social nos orientava fazer. Era um ambiente fechado, não tinha muita conversa, não tinha muito diálogo, era bastante complicado, a minha permanência lá se deu até 1 ano e 4 meses aproximadamente, eu não aguentei, pedi pra sair. (ENTREVISTADA E, não assistida)

Conforme o que define a lei de estágio o relato trazido pela entrevistada E, nos remete a pensar que houve um desvio de função o que por sua vez não é amparado pela Lei n. 11.788, mas é notável perceber as lacunas existentes nesse campo de estágio, principalmente, quando aparece a ideia do estágio como um trabalho. Assim, entende-se que o estágio não obrigatório não pode ser tido como uma atividade que substitui um profissional qualificado apenas para baratear os custos das instituições. A legislação acerca do estágio não faz diferença pedagógica entre o estágio obrigatório e o estágio não obrigatório.

O estágio não obrigatório aparece claramente como uma estratégia de permanência dos estudantes do curso de Serviço Social, como apontam as entrevistadas D e E que conseguiram estágio remunerado através de indicação de conhecidos.

Enfrentei muitas dificuldades principalmente por causa da falta de dinheiro até para o transporte um obstáculo para a minha permanência na Universidade, me mantive durante a maior parte do tempo através da venda de Trufas na sala de aula, além da ajuda de amigos e familiares. Quando uma amiga me indicou em um estágio remunerado já no sétimo semestre onde eu fiquei um semestre o mesmo me auxiliou com gasto com transporte e alimentação.[...] (ENTREVISTADA D, não assistida)

Mediante o relato da Entrevistada D, compreendemos que foi importante fazer parte de um estágio remunerado, pois ela enfrentou algumas dificuldades por não ter recursos financeiros para suprir necessidades básicas como transporte para se locomover até a universidade já que a mesma buscou um auxílio transporte e não foi contemplada sobre tudo não nos informou os motivos.

Ainda com relação ao eixo de interferência da expansão do ensino superior foram questionadas sobre a realização de atividades complementares e a isenção nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Todas responderam a existência de atividades complementares e organizadas pela instituição, porém duas questionaram o fato de ser insuficiente. Contudo em relação à disciplina de TCC, quatro das entrevistadas estavam inseridas e finalizou, uma não está cursando e a outra não respondeu.

Mas não existe muito, não é algo que tenha com frequência. (ENTREVISTADA A, assistida)

[...] eu tive acesso sim, inclusive em uma disciplina de oficina de abordagem do trabalho profissional, atividades complementares houve sim caminhamento do meu curso, mas como a universidade em geral também oferece atividades complementares como ACCS outros cursos que também eles disponibilizam pra gente eu acabei optando por fazer ACCS em outros cursos porque é uma oportunidade de aprendizado agente está em contatos com pessoas que tenha uma outra perspectiva e em relação às atividades pelo meu curso sempre teve aulas inaugurais, palestra, isso sempre foi bem divulgados para os alunos. (ENTREVISTADA B, assistida).

A entrevistada A considera que existe uma quantidade ainda muito insuficiente de atividades complementares no curso. Já a entrevistada B relata que teve acesso às atividades complementares e reconhece que existe uma importância para o desempenho acadêmico através desses espaços.

Ainda sobre o relato da entrevistada B, é visto uma importância para o programa de extensão que é ofertado pela universidade para as/os alunas com Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), que segundo a Resolução n. 1/ 2013 objetiva:

Artigo 2 I - intensificar o contato da Universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social; II - articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido na Universidade com o conhecimento construído pelas comunidades e os diversos atores sociais, com vistas a instrumentalizar os participantes para atuarem nos processos de transformação social; III - fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade, ensino, pesquisa e extensão; IV - contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica propiciada pelos cursos de Graduação e de Pós-Graduação desta Universidade; V - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da expansão das atividades de extensão universitária e de desenvolvimento tecnológico, criação e inovação; VI - estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e sociedade; VII - gerar e propagar conhecimentos, saberes e práticas no campo das Ciências, da Cultura, da Tecnologia e das Artes; VIII - propiciar formação e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da comunidade e sociedade.

Consideramos a importância da complementação no ensino através do ACCS para o crescimento acadêmico na vida discente durante a formação sem pensar na autonomia de poder escolher diversas áreas que são oferecidas pelas ACCS, e não possui pré-requisito o mesmo é solicitado da mesma forma das demais disciplinas da UFBA. Ou seja, o que é possível perceber que a universidade de modo geral oferece experiências em atividades de extensão.

3.2.3 A permanência no curso de Serviço Social da UFBA

O momento a seguir partirá do segundo ponto do roteiro de entrevista pelo qual foi titulado por: **Falar sobre a permanência no curso de Serviço Social da UFBA**. No que se refere ao acesso à Assistência Estudantil da UFBA, as entrevistadas revelam como se deu o primeiro contato com a PROAE. Todas disseram ter conhecido os serviços da PROAE através de amigos, exceto a Entrevistada E que informou que conheceu no dia da matrícula.

O relato a seguir está se referindo ao primeiro contato que a Entrevistada B, assistida pela PROAE, a mesma relata não ter dificuldades em acessar o serviço.

Eu fiquei sabendo da [...] Proae antes mesmo de passar na UFBA porque, eu sou do interior e não conhecia a assistência estudantil e eu achava que ainda que se eu passasse em uma universidade pública distante da minha cidade eu não ia ter condições de estudar porque não tinha dinheiro pra poder me sustentar, estava distante da minha cidade. Uma amiga me informou que ela estudava na UESC que as universidades públicas tinham assistência estudantil e que havia essa possibilidade sim de estudar em outro lugar e conseguir recurso como moradia e coisas desse tipo, então quando eu me escreve que eu sou estudante ingresso pelo ENEM eu já olhei nos site das universidades que tipo de assistência estudantil estava disponível então eu conheci a Proae antes mesmo de ter passado no Sisu. [...] Eu não sentir dificuldade de encontra a PROAE e nem de acessar a assistência estudantil porque diante dos pré-requisitos que são expostos pra ver se você se encaixar nas políticas; eu me encaixava em praticamente todos, então foi de imediato que eu conseguir, no primeiro semestre a bolsa de residência .(ENTREVISTADA B, assistida)

O relato a seguir traz uma posição diferente do que se refere ao primeiro contato com a PROAE, bem como o acesso a política de Assistência Estudantil.

Eu conheci a PROAE logo no início, no dia da matrícula, quando eu entrei porque eu fui cotista por renda. Logo nesse primeiro contato foi terrível porque foi bem burocrático não era questão de, assim não senti interesse deles que a gente adentrasse a universidade e sim de fazer uma seleção de quem ia passar; de quem não ia passar; foi bem um terror psicológico logo no início, então meu primeiro contato com a PROAE foi de validação mesmo de dados e eu criei assim uma certa resistência em procurar depois porque foi um processo árduo de ter que correr atrás de milhões de documentos, não tinha ninguém para orientar, eu estava aqui sozinha em Salvador, eu ia procurar lá não era bem atendida, enfim, foi bem desgastante o processo, acabou que eu criei um trauma e não quis saber da PROAE, para pedir auxílio nenhum. (ENTREVISTADA E, não assistido).

Para Assistência Estudantil enquanto mecanismo de direito social nas IFES, cabe à responsabilidade de desenvolvimento de ações de enfrentamento à desigualdade social, garantir acesso e permanência, principalmente, para os estudantes que declararam baixa renda, para que possam garantir a continuidade a sua trajetória acadêmica até o término do curso.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007, p. 01)

O curso de Serviço Social da UFBA passa a funcionar no 1º semestre de 2009 e surge como parte da lógica de expansão das IFES no Brasil, com isso, permite o acesso de um novo perfil de estudantes na UFBA. Entretanto, uma vez que o aluno do curso de Serviço Social e dos demais cursos da UFBA adentra o espaço universitário, na maioria das vezes, com necessidades e demandas para a assistência estudantil não há garantia de que irá ter atendimento pela assistência estudantil imediato.

É sabido que muitos estudantes ficam de fora dos processos seletivos de permanência na UFBA, pelo fato de não atender às exigências do processo seletivo que foi imposto pelo órgão de assistência estudantil, como é o caso da entrevistada E, que em sua fala demonstra insatisfação pelo mau atendimento e falta de explicação mais detalhados do critério de documentação necessária, já que se tratava de um primeiro contato da estudante com a política de assistência estudantil da UFBA.

Referente ao recurso oferecido pela PROAE, se o mesmo atende as necessidades básicas para as assistidas e como as mesmas avalia o atendimento da Assistência estudantil, diante aos relatos das três assistidas pela PROAE que foram entrevistadas uma demonstrou que o valor supre suas necessidades básicas.

Sim, sem dúvida, o auxílio é o que me mantém na faculdade e me dá suporte para suprir além das contas em casa como também o transporte, a xerox e etc. Acho importante o apoio estudantil, é essencial. Infelizmente todo o processo para conseguir é burocrático e as vagas de acesso são limitadas. Creio eu que exista várias pessoas que desistem da faculdade por não tem condições de permanência. (ENTREVISTADA A, assistida)

Enquanto duas estudantes se mostraram insatisfeita com o valor do auxílio, pois ambas consideram que deveria ser melhor.

O recurso oferecido pela Proae eu não vou dizer que ele suprir todas as necessidades, ele é um paliativo na verdade meu primeiro semestre na UFBA foi bastante difícil pra me porque eu tinha a casa (residência da UFBA) claro a comida mas assim um outro recurso para que eu pudesse comprar material de higiene pessoal, lanche na faculdade, xerox e coisas desse tipo eu não tinha esse dinheiro então nos meus primeiros meses aqui foi um semestre que eu passei bastante aperto mesmo tendo acesso a política de assistência estudantil. (ENTREVISTADA B, assistida).

O serviço que solicitei da PROAE foi o auxílio transporte e auxílio xerox. Em relação ao auxílio transporte, todo mês a instituição deposita o valor fixo, mas,

acredito que a PROAE deveria colocar pelo menos o valor de três passagens diárias. (ENTREVISTADA C, assistida).

Quanto ao atendimento da PROAE, quatro das entrevistadas demonstraram em suas fala insatisfação, enquanto duas avaliaram o atendimento como regular.

Poderia ser melhor, não vejo iniciativas da PROAE em fazer um acompanhamento dos assistidos com mais precisão [...] O papel do assistente social é promover o acesso e facilitar os direitos sociais estabelecidos. Assim em contato com a política de assistência estudantil de outra universidade porque a gente que é residente acaba tendo um contato com residente de outro estado eu avalio o atendimento da PROAE como regular [...] (ENTREVISTADA A, assistida).

As ações de assistência estudantil oferecidas pela PROAE, conforme determina o PNAES, se define em: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, residência dentre outros já citados anteriormente. Entretanto iremos nos deter nos auxílios que nossas entrevistadas são beneficiadas são eles: serviço residência, auxílio transporte e auxílio moradia.

Conforme relato da entrevistada B, que possui auxílio moradia referente a uma bolsa de R\$400,00 (quatrocentos reais) mensais, mais direito a alimentação no RU e auxílio café da manhã de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), foi relatado pela entrevistada que o auxílio suprir suas necessidades o mesmo é usado para contribuir e auxiliar suas necessidades básicas e acadêmicas. No entanto, a bolsa é destinada para estudantes que não reside com pais ou responsável no local da instituição, segundo os dados oferecidos pela PROAE temos para o ano de 2015 especificamente 1.113 assistidos com o auxílio moradia.

O que nos remete a compreender a importância reconhecida pela entrevistada A, de que o auxílio moradia é um complemento para sua permanência durante a conclusão de sua primeira graduação o que não implica aqui afirmações que essa definição é uma opinião de todas/os assistidas com o auxílio. Contudo, é notável que as ações aplicada pelo PROAE, obtém visibilidade em auxiliar as dificuldades socioeconômica apresentada para uma parte dos estudantes que se encontra em vulnerabilidade socioeconômica em conformidade ao PNAES.

[...] Torna-se necessária à criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (PNAES, 2007, p. 04)

Para o relato informado pela entrevistada B, o auxílio residência não é suficiente, pois o fato de ter casa (residência universitária) e comida (restaurante universitário) não

justifica que esse estudante está totalmente acolhido para permanência até o término do curso e o único recurso em mãos é o auxílio café no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

Compreendemos que esse fato nos remete a analisar que para além da residência e alimentação oferecida pelo RU mais auxílio café, existem outras necessidades básicas de sobrevivência que não são supridas, cabendo nesse aspecto uma complementação de outro auxílio, todavia ainda não temos uma estratégia oferecida pela PROAE que possa atender essa demanda, embora a PROAE oferece outros programas como projeto de Pesquisa Permanecer que oferece ao estudantes uma bolsa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

No que tange ao auxílio transporte a entrevistada assistida relata que deveria ter um valor mais elevado ao invés de dois transportes deveria ser três, o que compreendemos que para tal auxílio caberia uma análise aprofundada do deslocamento de cada assistido para ser contemplado com um transporte complementar, bem como, compreendermos também a existência de uma repartição nas verbas que são oferecidas para assistência estudantil caberia analisar se a mesma é o suficiente para a permanência dos discentes assistidos.

Acreditamos que a implantação do BUZUFBA, cuja conquista faz parte de reivindicações dos movimentos estudantis da UFBA, foi uma estratégia pensada para minimizar esse processo, pois os BUZUFBA facilitam os deslocamentos de um campus a outro; desse modo é definido pela PROAE o serviço Transporte de:

Contribui para o deslocamento de estudantes da UFBA que necessitam de transporte coletivo, através de auxílio financeiro e/ou do BUZUFBA – ônibus exclusivos para estudantes da UFBA que transita pelos principais *campi* da universidade, em Salvador. O auxílio financeiro é concedido exclusivamente para estudantes de graduação em vulnerabilidade socioeconômica que residam em bairros distantes do centro, a exemplo do Subúrbio Ferroviário e de Cajazeiras. O acesso ocorre por meio de edital de seleção específico. (PROAE, 2012, p.5)

A realidade do atendimento da PROAE para quatro entrevistadas não é satisfatória, pois para elas o órgão responsável pela Assistência Estudantil deveria ter uma atenção que promovesse mais acolhimento aos estudantes. O que as entrevistadas relatam a todo tempo é que existe uma barreira entre a PROAE e as/os discentes, o que se associa em um sistema hierarquizado e verticalizado que por sua vez dificulta o acesso.

A assistência e o atendimento da PROAE eu acho péssima, até então no momento que eu precisei ir lá à PROAE, tem uma moça na recepção que às vezes é ignorante, é como se a gente estivesse indo lá pedindo favor e não a gente estar de prontidão para suprir as nossas necessidades, informar, e parece que todas as vezes que a gente vai lá eles estão fartos de nos receber. (ENTREVISTADA E, não assistida)

A entrevistada E faz um relato muito importante sobre o atendimento da PROAE, para tanto compreendemos que o primeiro atendimento é imprevisível que o usuário saia com todas as informações possíveis e participe do processo de construção das ações. O procedimento aqui analisado nos remete a compreender que a entrevistada nem sequer teve oportunidade de ter um contato direto com a/o profissional do Serviço Social, pois houve um impedimento no mau atendimento do primeiro contato.

No que se refere à resistência das estudantes no curso de Serviço Social, sobretudo se já pensou em desistir do curso, quatro entrevistadas informaram que já pensaram em desistir, justificando que as dificuldades financeiras seriam as principais causas, e duas informaram nunca ter pensado em desistir.

*Apesar das contradições que está colocado pelo Reuni e da limitação fez com que eu mulher da periferia, preta ingressasse na universidade, mas o que está colocado é a **dificuldade em permanecer na universidade que muita das vezes faz com que a gente pense em desistir então pra conseguir me manter na universidade** eu vendo brigadeiros na universidade e fora dela e muitas vezes eu não consigo da conta da minha vida acadêmica e nem profissional em ter que sair muitas das vezes da sala para atender [...] e com relação à mora distante da universidade e chegar em cima da hora da aula as pessoas ficam em cima pra poder compra o doce ai você acaba se perdendo mesmo o fio da meada como se diz, e perde o foco, no último semestre eu perde em Pesquisa II conseguir elaborar o projeto de pesquisa, mas ao final eu não conseguir amarrar, porém as coisas ainda estava muito solta isso se dá porque eu tenho que dá conta dessa dupla jornada, conseguir organizar as coisas em casa fazer os doces que o processo da fabricação do doce se dá, da compra do material a forma de embalar até limpar tudo, e tudo recai sobre me e conciliar isso com os estudo é muito complicado ir não ter conseguindo um auxílio da Proae, pois se eu tivesse uma bolsa talvez eu não precisasse fazer tanto doces eu fizesse só os finais de semanas por encomenda não precisasse levar todos os dias pra universidade então eu já pensei diversas vezes em desistir por ter essa dificuldade de permanência [...] e ter que conciliar isso então eu faço os doces ou eu consigo estudar então se eu não estou conseguindo dá conta eu tenho que colocar na balança se realmente vale a pena eu não está conseguindo da conta dos estudos, mas está fazendo os doces então eu consigo ter subsídios matérias para permanecer na universidade, mas eu não consigo dá conta do assuntos da demanda que eu tenho dentro da universidade então isso já me fez pensar em desistir, mas estamos ai resistindo esperando que em uma próxima seleção eu consiga uma bolsa para. Diminuir a quantidade de brigadeiros e conseguir me debruçar melhor sobre a pesquisa e futuramente sobre o próprio TCC. (ENTREVISTADA F, não assistida)*

O relato acima traz inúmeras dificuldades para a permanência no curso de Serviço Social, haja vista que a entrevistada não foram assistidas pela Assistência estudantil oferecida pela UFBA, desse modo utilizaram de outras estratégias para permanecer como é o caso da entrevistada F que relatou vender doces na faculdade para conseguir pagar os

gastos pessoais que são gerados durante o período de graduação, o que gera uma dedicação nos preparos dos doces, que por sua vez está fragilizando o seu aprendizado, o que poderia ser evitado caso essa entrevistada tivesse sido assistida pela PROAE.

Entretanto, compreendemos a partir deste relato que existe uma importância da assistência estudantil em interferir no que diz respeito à permanência dos alunos que possuem o perfil de vulnerabilidade socioeconômica, o que nos remete a uma reflexão nos aspectos que desenvolve a contradição do capitalismo na sociedade, para tanto, buscaremos compreender o que define questão social.

Para Yamamoto (2014), compreendendo que os relatos acima nos remeter as expressões da questão social, que enfrentam os estudantes numa disputa entre sobreviver nesse mundo capitalista que nos exige sermos melhores sempre e nesse contexto o processo de formação em uma universidade pública enfrentando as mais diversas dificuldades do que é viver esse espaço, e o significado de ocupar esse lugar para nos filhos da classe trabalhadora, pobre e preta das periferias de Salvador-BA é um grande enfrentamento a sociedade.

A questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2014, p.83-84).

É importante lembrar que o período de ingresso da entrevistada na UFBA, faz parte do processo pós-REUNI de expansão das IFES, porém ainda que no processo de ampliação de vagas para discentes, docentes, técnicos administrativos, cursos de graduação e criação de novos cursos. É no mesmo Período que a universidade muda o perfil de estudante, pois existe um aumento no ingresso de discentes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de bairros periféricos e de uma camada mais empobrecida da sociedade.

Portanto, compreendemos que o processo de expansão das universidades públicas se deu no País nos últimos anos é importante do ponto de vista do aumento nas formas de acesso à universidade, principalmente, pelo o ingresso desse novo perfil de estudante. Porém é imprescindível relatar que o processo ocorre sem garantia de um suporte, mais amplo que consiga alcançar a todas/os que declarem o perfil de vulnerabilidade socioeconômica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a expansão do ensino superior sobre as ações da política do REUNI e como se dá a permanência das/os discentes do curso de Serviço Social da UFBA. Para efetuação da análise foi necessário relembrar a história da educação no Brasil, pois a intenção era provocar uma inquietação sobre a educação que existia no Brasil colônia, que por sua vez deu seguimento até os dias atuais.

Nas duas últimas décadas a educação foi marcada por uma acelerada expansão, facilitando o acesso a educação superior através de criação de leis, decretos, resoluções entre outras ações de políticas afirmativas. Permitindo o ingresso de um novo perfil de estudantes nas universidades públicas do Brasil, sobretudo a UFBA, que teve um aumento de cerca de 61,38% nos anos de 2015-2016, números apurados pós o processo de adesão da UFBA ao REUNI.

O REUNI, foi responsável pela expansão que ocorreu na UFBA e entre outras IFES, através do programa foram criados novos cursos, aumento de turmas, docentes, administrativos, infraestrutura em alguns campos, entre outras ações já mencionadas no decorrer deste trabalho. Contudo, as Políticas de Cotas e o REUNI são responsáveis pelo ingresso de estudantes que possuem um perfil de vulnerabilidade socioeconômica, que segundo o PNAES deverão ser ampliados às condições de permanência na educação superior.

Desse modo, discorreu-se sobre as ações afirmativas ofertadas pela UFBA, para que possamos entender todo o processo de acolhimento vindo da universidade, assegurada sobre a legislação. Além disso, buscamos analisar através das discentes do curso de Serviço Social, por ser um curso criado através da política de expansão, como ocorre a permanência delas no processo da primeira graduação.

Contudo, os resultados que foram explanados no capítulo anterior apontam para a importância da interferência das ações afirmativas sobre a vida das/os estudantes que possui o perfil de vulnerabilidade, e o quanto as ações afirmativas da PROAE sendo efetivadas contribuem para que as estudantes dessem continuidades em seu processo acadêmico, embora algumas ações ainda sejam insuficientes.

A pesquisa revela que as estudantes não assistidas da PROAE usam diversas estratégias para permanecer na universidade: serviços e auxílios da PROAE, bolsas de pesquisa e extensão, estágio não obrigatório e comercialização de vários produtos pelas discentes, como trufas e outros.

Todavia, ficou evidente que o REUNI foi uma das maiores estratégias de expansão do governo federal no ensino superior, principalmente para garantir o acesso de uma parte da população mais empobrecida que não tinha acesso à educação superior. Porém, é necessário compreender que o processo sobre as ações afirmativas, sobretudo da UFBA, são vindas também através da adesão, ainda não é suficiente para suprir todas as demandas decorrentes à expansão.

Diante do exposto neste estudo foi possível identificar tomando como base os relatos trazidos pelas entrevistadas, a importância da política de Assistência Estudantil para garantir a permanência das/os estudantes no ensino superior. É necessário salientar que as vagas nos programas oferecidas pela PROAE, como auxílio moradia, residência, transporte, etc, são insuficientes para atender as demandas dos estudantes.

Já é sabido que o aumento da Assistência Estudantil deveria ser maior e não proporcional à quantidade de vagas, porque é impraticável ampliar o acesso sem dar maiores condições de permanência o que, por sua vez, vem sendo praticado pela IFES. Desse modo, a insuficiência de atendimento da Assistência Estudantil levou as entrevistadas não assistidas pela PROAE a recorrerem a outras estratégias para suprir as necessidades financeiras de sobrevivência e de ser manter no ensino superior, a venda informal de alimentos (doce, geladinho, salgados), estágios remunerados (em condições desfavoráveis) e entre outros, devido a suas condições de vulnerabilidade socioeconômica, sendo a principal finalidade de conseguir permanecer no espaço universitário até o término de sua primeira graduação.

Em suma, é importante destacar que esse estudo visa contribuir ao leitor sobre a temática da expansão do ensino superior através do REUNI, bem como uma aproximação da realidade trazida pelas entrevistadas sobre como ocorre o processo para ter acesso à assistência estudantil da UFBA e de que forma as mesmas permanecem na instituição através dos recursos oferecidos pela PROAE.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- ALMEIDA, A. C. P. dos S. **A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no Nordeste Brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal**. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). São Cristovão, 2013.
- ALMEIDA-FILHO, N. Memorial anísio-graciliano. **Memorial da Universidade Nova: UFBA 2002-2010**. Salvador: EDUFBA, 2010, v. , p. 14-17.
- ALMEIDA, Naomar Filho; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Salvador, Edufba, 2008.
- ALONSO, Kátia Morosov. **A Expansão do Ensino Superior no Brasil e a EaD: Dinâmicas e Lugares**. Vol. 31, n. 113, p. 1319-1335, out.-dez. - Campinas, 2010.
- AMARAL, N. C. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 13, n. 3, nov. 2008.
- ANDIFES. Relatório de Acompanhamento do Programa REUNI. Brasília: ANDIFES, 2010.
- ANDIFES. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Brasileiras**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 21 dezembro 2016.
- APUB SINDICATO. Audiência pública reúne entidades representativas da UFBA. **In: Jornal da APUB**. Bahia: Salvador, junho de 2013, nº 44
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Historia da Educação**. 2 ed. rev. e atual – São Paulo: Moderna, 1996
- BACKX, Sheila. **O Serviço Social na Educação**. Cortez, 1997
- BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento Marxista**. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 2012.
- BRANDÃO, André; MARINS, Mani Tebet Azevedo de. Desigualdades entre mulheres e homens no acesso à Universidade pública. In. BARBOSA, Jorge Luiz;
- BRANDÃO, André; PINTO, Gisele (organizadores). **Jovens de camadas populares e universidade**. Rio de Janeiro: UFF, 2007, p. 197-224.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de

1988.

BRASIL. Lei n. 10.172. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei 9.394 de 20/12/1996. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI 2007**.

BRASIL. Lei nº 11.096 – 13 jan. 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni** regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 11 Fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 29 de outubro 2016.

BRASIL/MEC. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 21 de abril de 2016.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2008**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf> Acesso em: 10 de dezembro 2016.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf> Acesso em: 01 de fevereiro 2017.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira. Relatórios Técnicos. Resumo Técnico 2002**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>> Acesso em: 12 de janeiro 2017.

BACKX, Sheila. **O Serviço Social na Educação**. Cortez, 1997

BORGES, Gilberto André. **Trajetória da educação no Brasil**. Florianópolis: E-book, 2005. Disponível em <musicaeeducacao.mus.br>. Acesso em 07 Maio. 2015

BROCHURA. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, 2013.

CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de Castro; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2).

CATANI, Afranio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 135 p.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes,

CFESS. Parâmetros para a atuação do Assistente social na saúde. Grupo de trabalho serviço social na saúde. Brasília, março de 2009

CFESS. Parâmetros Para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência social. Brasília, 2010.

CFESS. **Sobre a Incompatibilidade entre a Graduação à Distância e o Serviço Social.V.2** – Brasília/DF – 2014.

Código de Ética Profissional do Assistente Social. Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFESS, 1993.

COLOSSI, N.; COSENTINO, A. ; QUEIROZ, E. G. . **Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo..** Revista da FAE, Curitiba, v. 4, n.1, p. 49-58, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã – da Colônia à Era Vargas. 2.ed. rev., ampl. Rio de Janeiro.

CHAUÍ, M. S. **Reforma do ensino superior e autonomia universitária. Serviço Social e Sociedade**, v. 61, p. 118-126, 1999.

_____, M. S. A Universidade Operacional. Folha de S. Paulo, 9 maio 1999. Caderno Mais, p.3.

DRUCK, M. G. **Trabalho, Precarização e Resistências**. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 24, p. 35-54, 2011.

ENEM. Modulo III para Aplicador de Prova. O que é Enem. Brasil 2016.

FERREIRA, D. S. M. M. **A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social: uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.** (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Juiz de Fora, 2011.

FONAPRACE. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**. Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Pesquisa-perfil-discente_ANDIFES.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos – histórias, memórias e múltiplos olhares**. ANDIFES – UFU, PROEX: 2012, p. 63 – 69.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Editora: Paz e Terra – Rio de Janeiro, 1967.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** - 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008

GONÇALVES, A. C. **O Programa REUNI: significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG 2008-2012**. (Tese de Doutorado em Serviço Social – PUC-SP). São Paulo, 2013.

GUERRA, Y. A. D. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. *Serviço Social & Sociedade*, v. 104, p. 715-736, 2010.

HEILBORN, Maria. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.14, n.1, p.43-59, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, M. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**, n. 34, jan/abr 2009, p. 49-64. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/8457/4922>, Acesso em: 20 de março de 2017.

LEMOS, D.V.S. Trabalho docente nas universidades Federais: tensos e contradições. *Caderno CRH*, Salvador, v24, n.01, ed. p.105-120. 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social**. *Revista Katálysis*, v.16, n.2, jul./dez., p. 258-267 - Florianópolis, 2013.

_____, Kátia Regina de Souza. **Reforma da Educação Superior nos anos de contrarrevolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

_____, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século**. *Coletânea Serviço Social e Educação*. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LISBOA, Carla. Reuni Expansão a Precarização nas Universidades. Precarização do Trabalho Docente II. **Revista da ANDES-SN**, Brasília-DF, n 3, p. 4, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARANHÃO, J.D, PASSOS W.S. **Adesão da UFBA ao REUNI e a Nova Modalidade Curricular: Os Bacharelados Interdisciplinares**. IV Coloquio Internacional de Políticas Curriculares, 2014.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro. 1 edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 894p.v1.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª Ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

MEC. Ministério da Educação. **PROJETO DE LEI 3627/2004**. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf. Acesso em: 28 de fevereiro de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, M Classificação de raça, cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil, no período de 2000 à 2009. 2010. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010

MOTA, A. E. Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, José Ramalho. **A Criação do Curso de Serviço Social na UFBA**. Aula inaugural do curso de Serviço Social da UFBA. Salvador, 2009.

PASTORINI, A.C.. A Categoria Questão Social em Debate - Primeira Edição da Coleção Questões da Nossa Época N.17. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 1. 120p .

PEREIRA, Larissa D. A expansão dos cursos de serviço social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: Impactos para a formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas públicas**, n. especial, São Luís, 2010.

_____, Larissa D. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. Rev. **Katálysis**. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009.

_____, Larissa D. ALMEIDA, N. L. T. (Org.) . Serviço Social e Educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013. v. 1. 171p .

PETERS, J. L.. A História das Religiões no contexto da História Cultural.. Faces de Clio, v. 1, p. 87-104, 2015

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. (Org.) . Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. v. 1. 203p

PINTO, R. M.F. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica/ organizado por Dalila Andrade Oliveira e Mariza R.T Duarte- 3. ed.- Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 256p

RODRIGUES, V. S.. **O REUNI como estratégia da contra-reforma da educação superior** - (ISSN 2175-280X). In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luís-MA-Brasil. V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital. São Luís-MA-Brasil: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Universidade no século XXI “Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade”. São Paulo. Cortez. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>
Acesso em: 12.de dezembro 2016.

SANTOS, J. T.. **O impacto das cotas nas universidades brasileiras(2004-2012)**. 1. ed. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2013. v. 1. 278p .

_____, Jocélio Teles dos. QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 58-75, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SAVIANI D. História da História da Educação no Brasil: Um Balanço Prévio e Necessário. EccoS, Revista Científica, São Paulo, v. 10, n. ESPECIAL, p. 146-167, 2008.

_____, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. Poésis Pedagógica, Catalão, GO, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez.

SILVIA, E.M. Religião, Diversidade e Valores Culturais: Conceito Teórico e a Educação para Cidadania. **Revista de Estudo de Religião**, São Paulo, n 2, 2004, p.1-14. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf> Acesso em: 20 de Março de 2017

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. v.20, nº 2, 1995.

SOARES, Maria Susana Arrosa; OLIVEN, Arabela Campos. BRASIL Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A Educação superior no Brasil**. Brasília, DF: CAPES, 2002. 304 p.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. O Marquês de Pombal. Brasília: Editora da UnB, 1961.

UFBA, **Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia**, Resolução Nº 01/2004, Salvador, junho de 2004.

UFBA. Universidade Nova, Disponível em <https://www.ufba.br/historico/ufba-universidade-nova>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

UFBA. **UFBA em números ano base 2014**. Salvador, 2016. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B4AQ18WpsT2gU2dURGpWM28wOW8/view>> Acesso em: 21 de setembro de 2016.

UFBA. UFBA em Números Retrospectiva Especial 70 anos. Disponível em

[https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/UFBA em numeros Retrospectiva Especial 70Anos 0.pdf](https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/UFBA_em_numeros_Retrospectiva_Especial_70Anos_0.pdf). Acesso em 10 de fevereiro 2017.

UFBA. UFBA em Pauta, Sobre a Aprovação do Reuni (e reações do DCE),2007, Disponível em <https://www.ufba.br/noticias/sobre-aprovacao-do-reuni-e-reacoes-do-dce>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

UFBA. **Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil**. Disponível em: <<http://www.proae.ufba.br/>>. Acesso em: 01 de Janeiro de 2017.

UFBA, **Pró-reitoria de Estatística UFBA em números** – Ano base 2012, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://proplan.ufba.br/estatisticas/ufba-em-numeros>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

UFBA, **Pró-reitoria de Graduação, Evolução dos números da UFBA**, Salvador, 2013.

UFBA, **Sobre o Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia**, disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/about/about.jsp>, acessado em 02 de fevereiro de 2014

UFPE, Ocupação. **Contra o REUNI**. 2007. Disponível em: <http://ocupaufpe.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 de janeiro.

VALENTE, Ivan; HELENE, Otaviano. **O Prouni e muitos enganos**. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de dezembro de 2004. Disponível em: . Acesso em: 20 dez. 2004.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Assistência Estudantil: uma breve análise histórica**.

_____, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil**. Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

APÊNDICE A -**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A/O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa para trabalho de conclusão de curso intitulada **EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR VIA REUNI: UMA ANÁLISE SOBRE A PERMANÊNCIA DAS/OS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, vinculada a Universidade Federal da Bahia e desenvolvida pela aluna **JOILMA DE JESUS CRUZ**, estudantes de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. Que tem como principal objetivo analisar a expansão do ensino superior via REUNI e verificar a permanência dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia.

Cabe elucidar que as informações prestadas serão usadas exclusivamente para fins acadêmico-científicos e que preservaremos seu anonimato. A qualquer momento, poderá solicitar que suas informações sejam excluídas e/ou desistir da entrevista. Sua participação é voluntária, ou seja, não receberá qualquer valor em dinheiro ou gratificação.

Em caso de dúvidas, pode entrar em contato com a professora orientadora **Adriana Ferriz** através do e-mail: adriana.ferriz@ufba.br.

Após devidamente informada(o) sobre o conteúdo deste termo, dou meu consentimento para participar da pesquisa, e que meu depoimento seja gravado e transcrito pelas pesquisadoras.

participante

Assinatura da(o)

Salvador _____ de _____ de 2016.

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO: PERFIL DAS/OS ENTREVISTADA

IDENTIFICAÇÃO

1. Idade.

- () 15 a 20 anos () 21 a 25 anos () 26 a 30 anos () 31 a 35 anos
 () 36 a 40 anos () 41 a 45 anos () 46 a 50 anos () 51 a 55 anos
 () 56 a 60 anos () mais de 60 anos

2. Raça/Cor.

- () Preto () Pardo () Branco Amarela () Indígena
 () Outro:

3. Gênero.

- () Masculino () Feminino () Outros

4. Orientação Sexual.

- () Homossexual () Bissexual () Heterossexual
 () Outra:

5. Orientação Religiosa

- () Católica () Protestante () Matriz africana () Espirita Kardecista
 () Judaica () Budista () Evangélica () Sem religião

Outra:

6. Estado Civil.

- () Solteiro(a) Casado(a) Viúvo(a) () União estável
 () divorciado(a) () Outro:

7. Renda mensal domiciliar (em salários mínimos).

- () entre 1 e 2 () entre 2 e 3 () entre 3 e 4 () entre 4 e 5
 () entre 5 e 6 () entre 6 e 7 () entre 7 e 8 () entre 8 e 9
 () mas de 10

8. Você trabalhar?

Sim Não
Se sim, qual a sua área de atuação?

FORMAÇÃO ACADÊMICA

9. Qual semestre você está cursando?

10. Qual foi a forma de ingresso?

Vestibular Enem

11. Foi o primeiro vestibular

Sim Não
Se Não qual? (as) curso já havia tentado antes?

12. Possuir outro curso superior?

Sim Não
Se Sim, qual?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Falar sobre os impactos da expansão do curso de Serviço Social na UFBA.

- Porque escolheu o curso de Serviço Social?
- Relate as principais dificuldades que você enfrenta ou já enfrentou no Curso de Serviço Social da UFBA.
- A estrutura física de sua faculdade é satisfatória, SIM/NÃO justifique?
- Para você existe uma quantidade adequada de professores que atende a demanda do curso?
- A contratação de professores substitutos ocorre com brevidade ou existe um prazo em aberto para atender essa demanda. Se SIM, como você avalia esse fato?
- Qual foi a disciplina que você teve professor substituído como você avalia a didática?
- Esta cursando a disciplina de estágio, e está no campo de estágio curricular obrigatório?
- Como ingresso no campo de estagio curricular obrigatório? Ex; por conta própria ou coordenação de estágio/ através de seleção ou encaminhamento da instituição sem seleção.
- Segundo As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS), prever realização das seguintes atividades: oficinas, seminários temáticos, atividades complementares. Você tem acesso a essas atividades organizado pelo seu curso?
- Como se dá o processo de orientação de TCC?
- Já pensou ou pensa em desistir do curso? Se sim, justifique informando o que levou a pensar em desistir?

Falar sobre a permanência no curso de Serviço Social.

- Como conheceu a PROAE, conte como foi a trajetória para ter acesso, em qual semestre foi contemplado com auxílio?
- Sentiu dificuldade para acessar ao programa de Assistência Estudantil da UFBA-PROAE? Caso tenha tido dificuldade explique quais foram às dificuldades encontradas.

- O recurso oferecido pela PROAE supriu/supri suas necessidades para permanecer na UFBA?
- Como você avalia o atendimento e assistência da PROAE?
- Você faz parte de algum grupo de pesquisa PIBIC, além da PROAE Por qual motivo você ingressou no grupo de pesquisa?
- O que você geralmente faz com a bolsa que você recebe na pesquisa?
- Você faz ou fez estágio remunerado como se deu o ingresso? Em qual semestre?
- Quanto tempo permaneceu no estágio remunerado?
- Se for Monitoria como foi o acesso, e há quanto tempo atua?
- Qual é o motivo de você está atuando como monitora?